



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.363/2025-D**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA E HORA DO PREGÃO: 11/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**

**SESSÃO PÚBLICA: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: ABERTA**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

**UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP**

#### **PREÂMBULO**

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Saúde Pública, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 11 de março de 2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº **986921**, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca)), nº 7843/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca)), nº 6238/2017 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca)), nº 6434/2018 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca)) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente Licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, formado por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.39.00	MUNICIPAL
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.00	MUNICIPAL

**3.2. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO:** O valor estimado da aquisição é de R\$ 4.799.297,00(Quatro Milhões Setecentos e Noventa e Nove Mil e Duzentos e Noventa e Sete Reais).

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.

**4.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**4.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**4.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.7.3.** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**4.7.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.7.5.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.7.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.7.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.7.8.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.7.9.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.8.** O impedimento de que trata o item **4.7.5.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2. a 4.7.4.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**4.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.11.** O disposto nos itens **4.7.2. a 4.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.13.** A vedação de que trata o item **4.7.9.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1.** e **9.10.1** deste Edital.

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**5.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.6.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.6.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.6.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**5.6.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**5.6.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.6.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**5.6.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.

**5.6.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**5.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.8.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

**5.9.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

**5.10.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

**5.11.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

**5.12.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.13.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.14.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**5.15.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.15.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.15.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.16.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.16.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.16.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.17.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.18.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.19.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.20.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**5.21. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.**

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário ou desconto;

**6.1.2.** Marca/fabricante;

**6.1.3.** Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**6.2.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.8.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.10.** O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.11.** Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

**6.12.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

**6.13.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**7.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**7.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**7.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**7.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.20.2.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.20.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.21.2.2.** Empresas brasileiras;

**7.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.22.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**7.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.23.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**7.23.2.** Tratando-se de licitação por lotes a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração e serão observados os seguintes preços unitários como critério de aceitabilidade:

**7.23.2.1.** Serão os preços estabelecidos na Tabela do item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I.

**7.23.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.23.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.23.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.23.6.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.23.7.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

- a) SICAF;
- b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**8.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5, deste edital.

**8.6.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.7.1.** Contiver vício insanável;

**8.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.7.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

**8.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

**8.8.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**8.8.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**8.8.3.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.10.1** Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.10.2** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**8.10.3** Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**8.10.4** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**8.10.5** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.

**8.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.3.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.3.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.3.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração.

**9.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.6.** O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.7.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**9.7.1** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**9.7.2** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**9.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**9.9.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

**9.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**9.10.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.1.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

**9.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1**.

**9.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.15.** As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura,



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

**9.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**10.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**10.3.** Qualquer pessoa poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**10.4.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**10.5.** Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.6.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**10.7.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**10.8.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**10.9.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.10.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**10.11.** As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**11.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**11.8.** Constitui condição para a assinatura da ata de registro de preços:

**11.8.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda,** declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**11.8.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:** apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**11.8.3.** No ato da assinatura da ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

**11.9.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**11.9.1** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### **12. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ TERMO DE CONTRATO**

**12.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**12.2.** A Autorização de Fornecimento, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**12.2.1** referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.2.2** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**12.2.3** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**12.3.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**13.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

**13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**13.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**13.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

### **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**14.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**14.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**14.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**14.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**14.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**14.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

### **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**15.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**15.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**15.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**15.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**15.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**15.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra; ou

**15.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**15.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preços ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**15.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**15.1.5.** Fraudar a licitação;

**15.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**15.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**15.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**15.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**15.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**15.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**15.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

**15.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.3.1.** Advertência;

**15.3.2.** Multa;

**15.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**15.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**15.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.

**15.4.2.** As peculiaridades do caso concreto

**15.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**15.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**15.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**15.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **15.1.1.**, **15.1.2.** e **15.1.3.**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**15.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **15.1.4.**, **15.1.5.**, **15.1.6.**, **15.1.7.** e **15.1.8.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**15.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**15.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1.**, **15.1.2.** e **15.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**15.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4.**, **15.1.5.**, **15.1.6.**, **15.1.7.** e **15.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1.**, **15.1.2.** e **15.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**15.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

**15.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**15.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**16.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.6.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**16.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.8.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**16.9.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**16.10.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**16.11.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.12.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**16.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.14.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

**16.15.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**16.16.** A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

**16.17.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

**16.17.1.** A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, sendo vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório.

**16.17.2.** A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

**16.18.** As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

**16.19.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

**16.20.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**16.21.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

**16.22.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**16.23.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.24.** O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

**16.25.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

## **17. DOS ANEXOS**

**17.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência**

**17.1.1.1 Apêndice 1 do Anexo I – Planilha de Referência**

**17.1.1.2 Apêndice 2 do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e seus anexos**

**17.1.1.3 Apêndice 3 do Anexo II – Endereços dos Próprios Municipais**

**17.1.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços**

**17.1.3. ANEXO III – Minuta de Contrato**

**17.1.4. ANEXO IV – Cadastro Reserva**

**17.1.5. ANEXO V- Planilha Proposta - Modelos**

Praia Grande, 12 de fevereiro de 2026.

**DENYS DOS SANTOS FONSECA**

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE EXPANSÃO  
DE REDE ESCOLAR

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.363/2025-D**

#### **1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

**1.1 Registro de preço para SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.2.** O objeto deste Registro de Preços não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

**1.3.** Os serviços comuns desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.

**1.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período (art. 84, da Lei nº 14.133/21).

**1.4.1.** Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a **variação do índice - IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IBGE (acumulado nos últimos 12 meses)**, observada a legislação federal em vigor.

**1.4.2.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

**1.5.** O contrato, outro instrumento hábil, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6.** O procedimento administrativo "Registro de Preço" foi definido por se tratar de serviços frequentes, mas sem saber exatamente quando ou quantos serão necessários.





## **2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 – A fundamentação da contratação e de seus quantitativos:**

#### **2.1.1 Necessidade da Contratação**

**SEDUC:** O presente Estudo Técnico Preliminar objetiva a análise de custos referente a Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais dos próprios municipais (ID 5312 - Instalação / Manutenção / Remoção - Piso em Geral (Exceto madeirados) – Compras.gov.br), com o intuito de garantir a acessibilidade e segurança de pessoas com deficiência visual, conforme as normas técnicas vigentes. Atua na prevenção e correção de desgastes, descolamentos e obstruções que possam comprometer a funcionalidade e a durabilidade do sistema, assegurando a correta sinalização e a integridade do percurso para os usuários.

A licitação de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais será realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) e Secretaria de Saúde Pública (SESAP), de forma a garantir a manutenção adequada dos próprios municipais.

Obs: O ID relacionado a prestação dos serviços de instalação e manutenção de piso tátil informado pelo Compras.gov.br está parcialmente apresentado no **Anexo F**.

**SESAP:** O piso tátil é fundamental para garantir a autonomia, segurança e inclusão de pessoas com deficiência visual e baixa visão, fornecendo orientação e alertando sobre perigos em espaços públicos e privados. Sua importância reside na capacidade de fornecer informações táteis através do tato, auxiliando na locomoção independente e na prevenção de acidentes. O piso tátil direcional indica o trajeto a seguir, funcionando como um guia para a locomoção em áreas amplas, como calçadas, corredores e entradas de prédios. O piso tátil de alerta, com sua textura de bolinhas, avisa sobre mudanças de nível, obstáculos ou áreas de risco, como escadas, rampas, elevadores e cruzamentos.

“Garantir a acessibilidade e segurança de pessoas com deficiência visual, conforme as normas técnicas vigentes”

#### **2.1.2 Estimativa das quantidades**



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**SEDUC:** A seguir está apresentado o quantitativo de serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais realizados no último contrato.

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Quantitativos (Ata/Ano)
		279/2022
Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	3.908,91
Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.828,92
Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	412,17
Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	194,02

**Tabela 1** – Quantitativo dos serviços realizados no último contrato.

O quantitativo previsto para o próximo contrato foi estimado com base no consumo por escola utilizado no contrato anterior, abrangendo o período de um ano. Com o intuito de instalar principalmente piso tátil embutido, dada a baixa necessidade de manutenção requerida por este tipo de piso, e somente realizar a manutenção do piso tátil colado, foi considerado o princípio de Pareto aplicado aos quantitativos totais utilizados, obtendo assim os quantitativos conforme pode ser constatado na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	2.000
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.000
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	8.000
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	4.000

**Tabela 2** – Quantitativo estipulado no próximo contrato.

Foram encaminhados e-mails às demais Secretarias para levantamento da demanda prevista, incluindo eventuais variações, visando à elaboração do próximo contrato. A tabela a seguir apresenta os órgãos que demonstraram interesse em serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais, com os quantitativos correspondentes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
------	---------------	-------	------------



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

			SEDUC	SESAP	TOTAL
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	2.000	500	2.500
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.000	200	1.200
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	8.000	800	8.800
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	4.000	400	4.400

**Tabela 3** – Quantitativo das Secretarias interessadas.

**SESAP:** As quantidades apresentadas foram obtidas de acordo com a estimativa de anos anteriores, a fim de adequar demandas referente à ABNT 9050.

Item	Unidade	Piso Tátil Direcional	Piso Tátil Alerta	Ladrilho Direcional	Ladrilho Alerta
1	CEMAS - Centro Oftalmológico	10,00	5,00	15,00	10,00
2	CRATH	10,00	5,00	15,00	10,00
3	CAPS II - Boqueirão SAE/CTAP	10,00	5,00	10,00	10,00
4	CAPS II - Mirim	10,00	5,00	25,00	10,00
5	CAPS I	10,00	5,00	15,00	10,00
6	CAPS ADI	10,00	5,00	15,00	10,00
7	CER	20,00	5,00	50,00	10,00
8	CEO	10,00	2,00	10,00	10,00
9	CEAS Mulher	10,00	3,00	20,00	10,00
10	UPA Quietude	20,00	5,00	30,00	10,00
11	Secretaria de Saúde Pública	10,00	5,00	50,00	10,00
12	USAFA Aviação	10,00	5,00	50,00	10,00
13	USAFA Boqueirão	10,00	5,00	20,00	10,00
14	USAFA Mirim I	10,00	5,00	20,00	10,00
15	USAFA Tupi	10,00	3,00	20,00	10,00
16	USAFA Aloha	10,00	5,00	15,00	10,00
17	USAFA Anhangüera	10,00	3,00	15,00	5,00
18	USAFA Antártica	20,00	5,00	15,00	10,00
19	USAFA Caiçara	10,00	5,00	15,00	10,00
20	USAFA Esmeralda I	10,00	5,00	15,00	10,00
21	USAFA Rio Branco	20,00	5,00	15,00	10,00
22	USAFA Forte	10,00	5,00	15,00	5,00
23	USAFA Guaramar	10,00	5,00	15,00	10,00
24	USAFA Maracanã	20,00	5,00	15,00	10,00
25	USAFA Melvi	10,00	5,00	15,00	10,00
26	USAFA Melvi II	10,00	5,00	15,00	10,00
27	USAFA Mirim II	10,00	5,00	15,00	5,00
28	USAFA Ocieiro	20,00	5,00	15,00	5,00
29	USAFA Quietude	10,00	5,00	15,00	5,00
30	USAFA Real	10,00	5,00	15,00	5,00
31	USAFA Ribeirópolis	10,00	5,00	25,00	10,00
32	USAFA Santa Marina	20,00	5,00	15,00	10,00
33	USAFA Samambaia	10,00	5,00	15,00	10,00
34	USAFA São Jorge	10,00	5,00	15,00	10,00
35	USAFA Solemar	10,00	5,00	15,00	10,00
36	USAFA Tude Bastos	10,00	5,00	15,00	10,00
37	USAFA Vila Sônia	10,00	5,00	15,00	10,00
38	USAFA Vi Alice	10,00	5,00	15,00	10,00
39	USAFA Vi Tupiry	10,00	3,00	15,00	10,00
40	USAFA Princesa	10,00	3,00	15,00	10,00
41	Saúde Ambiental	10,00	3,00	20,00	10,00
42	USAFA Noemia	10,00	5,00	15,00	10,00
43	USAFA Guilhermina	10,00	5,00	15,00	10,00
		500,00	200,00	800,00	400,00



**2.1.2.1.** Considerando a imprevisibilidade das necessidades futuras dos serviços de piso tátil, a definição de um quantitativo mínimo pode acarretar prejuízos ao município.

## **2.2 Previsão no Plano de Contratações Anual**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A solução proposta visa garantir a correta aplicação e a qualidade do piso tátil nos próprios públicos da Prefeitura de Praia Grande, promovendo a segurança, a acessibilidade e o bem-estar de servidores e munícipes, além de contribuir para a adequada sinalização e circulação nos espaços urbanos.

Diante do exposto podemos verificar que existe uma diferença entre o custo da contratação de empresa e de serviço realizado pela prefeitura de aproximadamente 3%, porém custos não aferíveis não foram considerados no orçamento dos serviços realizados pela prefeitura, devendo ser contratados e treinados colaboradores para a função o que demanda tempo e supervisão direta, além disso a classificação de risco desta análise é média, tornando a contratação de empresa mais atrativa, com menos chances de desvios e retrabalhos.

“A solução proposta visa garantir a correta aplicação e a qualidade do piso tátil nos próprios públicos da Prefeitura de Praia Grande, promovendo a segurança, a acessibilidade e o bem-estar de servidores e munícipes, além de contribuir para a adequada sinalização e circulação nos espaços urbanos.”

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1 Critérios de sustentabilidade:** Os processos de INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS geram diversos resíduos que podem contaminar o meio ambiente e impactam diretamente o solo e a água, além disso emitem compostos voláteis que trazem contaminação a atmosférica e geram efluentes advindos dos processos de limpeza de equipamentos realizados com solventes poluindo e contaminando a água. Desta forma deve-se



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

garantir o descarte adequado dos materiais, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 12.305/2010, resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Municipal nº 1.660/2013, assegurando a conformidade com a legislação ambiental vigente.

**4.2 Indicação de marca ou modelo (ART.41, inciso I da Lei nº 14.133/21):** Não há marcas ou modelos para indicar.

**4.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (art. 41, inciso III da Lei nº 14.133/21):** Não há vedação de marca ou produto.

**4.4 Da exigência da amostra:** Não será exigida apresentação de amostra / protótipo/ catálogo.

**4.5 Subcontratação:** Não serão admitidos a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de “Bens e Serviços Comuns”, conforme permite o parágrafo 2º, do Artigo 122º, da Lei 14.133.

**4.6 Garantia da contratação:** Não haverá garantia da contratação.

**4.7 Vistoria/Visita Técnica:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas.

**4.7.1** A visita deverá ser agendada pelo número de telefone (13) 3496- 1454, com uma semana de antecedência, devendo ser apresentados no dia os seguintes documentos:

- a) Ofício à Prefeitura, com todos os dados da Empresa, indicando o seu Representante;
- b) Cópia do Documento de Identidade do Representante;
- c) Cópia do CNPJ da Empresa.

**4.8** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **4.9. Da contratação:**

**4.9.1.** - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

**4.9.2.** - A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

**4.9.3.** - Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

**4.9.3.1.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**4.9.3.2.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**4.9.4.** O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

**4.9.5.** O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**4.9.6.** No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

**4.9.5.** A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

### **4.10. Da rescisão:**

**4.10.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.10.2.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1 Prazo de Execução:** O prazo máximo para execução do serviço é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição ou memorando da Unidade Requisitante.

**5.2 Materiais a serem disponibilizados:** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades para a ideal execução destinada, promovendo sua substituição quando necessário.





**5.3 Local de Prestação dos serviços:** Os serviços serão prestados nos próprios municipais indicados no Apêndice 3.

#### **5.4 Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.4.1** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), ou seja, 30 (trinta) dias para fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

**5.5 - Metodologias de execução:** A instalação e manutenção de piso tátil se divide em diferentes categorias, que variam de acordo com o tipo de piso, o material a ser utilizado, a localização da edificação e o grau de deterioração dos elementos. A seguir, são apresentadas as principais ações de instalação e manutenção corretiva e preventiva comumente aplicadas em pisos táteis:

- a) Instalação de piso tátil sobreposto;
- b) Instalação de piso tátil integrado (embutido);
- c) Substituição de peças danificadas;
- d) Limpeza e manutenção preventiva.

As metodologias a seguir descrevem os procedimentos recomendados para as ações de instalação e manutenção citadas, visando garantir a eficiência e segurança do sistema.

##### **5.5.1 Instalação de piso tátil sobreposto.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a instalação de piso tátil sobreposto, com o objetivo de garantir a acessibilidade e segurança em áreas existentes, sem a necessidade de grandes intervenções estruturais:

- a) Realizar a limpeza completa da área de aplicação, removendo poeira, gordura, umidade e quaisquer resíduos que possam comprometer a aderência;
- b) A superfície deve estar seca, nivelada e livre de imperfeições. Em caso de irregularidades, proceder com o nivelamento adequado;
- c) Utilizar gabaritos e linhas de referência para demarcar precisamente a área de instalação do piso tátil, garantindo o alinhamento e a conformidade com as normas de acessibilidade (NBR 9050 e NBR 16537);



d) Aplicar adesivo de alta performance, específico para piso tátil, de forma uniforme sobre a superfície demarcada, seguindo as recomendações do fabricante quanto à quantidade e tempo de cura;

e) Posicionar cuidadosamente as peças de piso tátil sobre o adesivo, pressionando firmemente para garantir a total aderência e a eliminação de bolhas de ar. Respeitar o espaçamento entre as peças, conforme as normas técnicas;

f) Após o assentamento, remover o excesso de adesivo e realizar a limpeza da área. Isolar o local até a cura completa do adesivo, garantindo a fixação e durabilidade do piso tátil.

#### **5.5.2 – Instalação de piso tátil integrado (embutido).**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a instalação de piso tátil integrado (embutido), com o objetivo de proporcionar uma solução mais duradoura e esteticamente integrada ao piso existente:

a) Demarcar a área de instalação e realizar o recorte do piso existente com precisão, utilizando equipamentos adequados para garantir um encaixe perfeito das peças de piso tátil. Remover o material recortado e limpar a área;

b) Preparar a base com argamassa ou contrapiso, garantindo nivelamento e compactação adequados para receber o piso tátil. A base deve estar limpa, seca e livre de impurezas;

c) Aplicar argamassa colante específica para piso tátil sobre a base preparada e assentar as peças de piso tátil, pressionando firmemente para garantir a aderência e o nivelamento com o piso existente. Utilizar espaçadores para manter o alinhamento e o espaçamento correto;

d) Após o assentamento e a cura inicial da argamassa, realizar o rejuntamento das peças com material adequado, garantindo a vedação e o acabamento. Remover o excesso de rejunte e limpar a área. Isolar o local até a cura completa do rejunte.

#### **5.5.3 Substituição de peças danificadas.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a substituição de peças danificadas de piso tátil, visando restaurar a funcionalidade e a segurança do sistema:

a) Localizar as peças de piso tátil que apresentam trincas, quebras, descolamentos ou desgastes excessivos. Com cuidado, remover as peças danificadas, utilizando ferramentas apropriadas para evitar danos às peças adjacentes e à base;



b) Limpar a área onde a peça foi removida, removendo resíduos de adesivo ou argamassa antiga. A superfície deve estar limpa, seca e nivelada para receber a nova peça;

c) Aplicar adesivo ou argamassa (conforme o tipo de instalação, sobreposta ou embutida) na base e assentar a nova peça de piso tátil, garantindo o alinhamento e o nivelamento com as peças existentes. Pressionar firmemente para assegurar a aderência;

d) Remover o excesso de material e limpar a área. Em caso de piso tátil embutido, realizar o rejuntamento. Isolar o local até a cura completa do adesivo ou argamassa, garantindo a fixação e durabilidade da peça substituída.

#### **5.5.4 Limpeza e manutenção preventiva.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a limpeza e manutenção preventiva do piso tátil, visando prolongar sua vida útil e garantir a eficácia da sinalização:

a) Realizar inspeções periódicas para identificar sinais de desgaste, descolamento, sujeira excessiva, obstruções ou danos. Registrar as observações para planejar as ações de manutenção necessárias;

b) Realizar a limpeza do piso tátil com água e sabão neutro, utilizando escovas de cerdas macias para remover sujeiras e detritos. Em caso de manchas persistentes, utilizar produtos específicos para o material do piso tátil, seguindo as recomendações do fabricante. Evitar o uso de produtos abrasivos que possam danificar a superfície;

c) Remover quaisquer objetos, detritos ou vegetação que possam obstruir o piso tátil e comprometer sua funcionalidade;

d) Realizar pequenos reparos, como a recolocação de peças levemente descoladas ou o preenchimento de pequenas fissuras, utilizando materiais compatíveis com o piso tátil. Em casos de danos mais extensos, programar a substituição das peças, conforme a metodologia descrita no item 5.1.3;

e) Garantir que a sinalização visual e tátil esteja sempre clara e desobstruída, reforçando a segurança dos usuários.

#### **5.6 Serviços em Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais**



### **5.6.1 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL SOBREPOSTO AO PISO EXISTENTE.**

São pisos com superfície de relevos lineares que tem o objetivo de orientar o percurso a ser seguido.

Desenvolvidos para projetos de acessibilidade que orientam pessoas com deficiência visual, composto 100% de borracha é um piso antiderrapante com superfície de relevo direcionais e possui grande variedade de cores. Como possuem menor interferência visual e facilidade de aplicação, podem ser instalados em diversos ambientes que alertam e direcionam deficientes visuais, fixado com adesivo de contato, atende as normas vigentes em conformidade com a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo a segurança ao deficiente visual.

O piso tátil é composto de material plástico de PVC através do processo de compactação/prensagem, formulado a partir de material virgem (isento partículas recicladas) sem adição de metais pesados, em placas antiderrapantes, com medidas, distância e disposições e aplicados com cola. Nas dimensões 250x250mm e espessura de 5mm, sendo 2mm espessura da placa e 3mm altura do relevo.

A modulação dos pisos deve garantir a continuidade de textura e padrão de informação, as placas deverão ser contrastantes com o piso adjacente, podendo ser sobrepostas ou integradas ao mesmo, respeitando as seguintes condições:

- A base do piso a ser fixado deve ser bem-acabada e não exceder a 2mm. O piso deve estar nivelado para receber as placas de borracha, respeitando as medidas das mesmas para que não forme desnível. Podem ser aplicados diretamente sobre qualquer tipo de piso desde que a base esteja devidamente seca. Lixar o verso da placa do piso com lixa de ferro 40/80/100 para abrir os poros da borracha (quando se notar presença de oleosidade na placa, antes de lixar a superfície de contato, deve-se limpar a placa com acetona líquida). Passar cola de contato à base de neoprene no verso das placas e na superfície do piso existente, em área máxima de 10m<sup>2</sup>;
- Aguardar a evaporação do solvente até o ponto de aderência da cola para iniciar o assentamento das placas. Atentar para o perfeito alinhamento entre as placas e para que não se forme bolhas de ar, garantindo-se a máxima aderência das placas no piso existente. Após execução do serviço, aguardar 24 horas, no mínimo, para liberar o piso ao tráfego.



### **5.6.2 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PISO TÁTIL ALERTA SOBREPOSTO AO PISO EXISTENTE.**

São pisos com superfície de relevo tronco-cônico que tem o objetivo de avisar eventuais mudanças de direção ou perigo.

Desenvolvidos para projetos de acessibilidade que orientam pessoas com deficiência visual, composto 100% de borracha é um piso antiderrapante com superfície de relevo direcionais e possui grande variedade de cores. Como possuem menor interferência visual e facilidade de aplicação, podem ser instalados em diversos ambientes que alertam e direcionam deficientes visuais, fixado com adesivo de contato, atende as normas vigentes em conformidade com a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo a segurança ao deficiente visual.

O piso tátil é composto de material plástico de PVC através do processo de compactação/prensagem, formulado a partir de material virgem (isento partículas recicladas) sem adição de metais pesados, em placas antiderrapantes, com medidas, distância e disposições e aplicados com cola. Nas dimensões 250x250mm e espessura de 5mm, sendo 2mm espessura da placa e 3mm altura do relevo.

O piso tátil de alerta deve apresentar cor contrastante com a do piso adjacente:

- Em superfícies claras (bege, cinza claro, etc.): amarelo, azul ou marrom;
- Em superfícies escuras (preta, marrom, cinza escuro, etc.): amarelo ou azul.

A modulação dos pisos deve garantir a continuidade de textura e padrão de informação, as placas deverão ser contrastantes com o piso adjacente, podendo ser sobrepostas ou integradas ao mesmo, respeitando as seguintes condições:

- A base do piso a ser fixado deve ser bem-acabada e não exceder a 2mm. O piso deve estar nivelado para receber as placas de borracha, respeitando as medidas das mesmas para que não forme desnível. Podem ser aplicados diretamente sobre qualquer tipo de piso desde que a base esteja devidamente seca. Lixar o verso da placa do piso com lixa de ferro 40/80/100 para abrir os poros da borracha (quando se notar presença de oleosidade na placa, antes de lixar a superfície de contato, deve-se limpar a placa com acetona líquida). Passar cola de contato à base de neoprene no verso das placas e na superfície do piso existente, em área máxima de 10m<sup>2</sup>;

- Aguardar a evaporação do solvente até o ponto de aderência da cola para iniciar o assentamento das placas. Atentar para o perfeito alinhamento entre as placas e para que não se



forme bolhas de ar, garantindo-se a máxima aderência das placas no piso existente. Após execução do serviço, aguardar 24 horas, no mínimo, para liberar o piso ao tráfego.

### **5.6.3 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DO PISO DIRECIONAL DE LADRILHOS HIDRÁULICOS INTEGRADOS (EMBUTIDOS) AO PISO EXISTENTE.**

São placas de concreto de alta resistência produzido em padrão convencionado para formar a sinalização tátil DIRECIONAL com superfície de relevos lineares que tem o objetivo de orientar o percurso a ser seguido. É recomendado contraste entre as cores da sinalização tátil e do piso adjacente. Deve prevalecer o contraste claro-escuro percebido pela maioria da população, com quaisquer que sejam as cores determinada.

Os ladrilhos hidráulicos são indicados para as áreas externas, das quais estão sujeitas a fortes ações das intempéries da natureza (chuva, sol e vento) e indicados para pavimentação de calçadas, como também demais lugares de circulação de pedestres.

Onde encontra-se pisos existente, deve-se providenciar a remoção do mesmo e atentar-se com a paginação existente, sem danificar o recorte das outras peças ao redor. Caso ocorra alguma quebra, o não acabamento adequado estará interferindo na eficiência do relevo aos deficientes que o utilizam. Dito isso, entenda-se que os ladrilhos hidráulicos direcionais deverão estar rentes e nivelados ao piso já existente em cada edificação em sua particularidade.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

O ladrilho mencionado nesse item, tem sua normatização através da NBR 9457 (Ladrilhos Hidráulicos Para Pavimentação — Especificação E Métodos De Ensaio), citando neste documento algumas especificações, sendo necessário consultá-la para mais detalhes.

Cada peça deve ter resistência mecânica de 3,5 Mpa.

As dimensões e tolerâncias exigidas:

- Comprimento nominal de 250mm (25cm);
- Largura nominal de 250mm (25cm);
- Espessura nominal de 20mm (2cm).

Utilizando, então, as medidas comerciais com as dimensões 250x250mm e espessura de 2cm, sendo 3mm altura do relevo tátil.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Antes de ser iniciada a manutenção do ladrilho hidráulico, verificar a proximidade com as linhas de abastecimento de energia, água, gás e outros inflamáveis, substâncias tóxicas e as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial, pois caso exista, as mesmas deverão ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando as normas e determinações em vigor.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositada em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos e de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

As peças em ladrilho hidráulico para passeio, deverão ser assentadas sobre um contra piso de concreto, nivelado e compactado de forma a constituir uma espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros).

Os ladrilhos deverão respeitar os modelos padrões estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, sendo inicialmente selecionados e descartadas as peças defeituosas. A perfeita fixação dos ladrilhos após a pega da argamassa, deverá ser verificada por meio de percussão, devendo ser substituídas as peças que não estiverem perfeitamente aderidas ou que ocasionaram algum defeito.

As peças, antes da aplicação, deverão permanecer imersos em água até a saturação. Serão assentadas sobre o contra piso, com argamassa de cimento e areia, traço 1: 3 (uma parte para três partes) em volume.

As disposições e as juntas deverão ser do mesmo tipo do pavimento existente. Para passeios novos, quando as juntas forem inferiores à 5 mm (cinco milímetros), serão preenchidas com nata de cimento. Nas juntas superiores à 5 mm (cinco milímetros), deverá ser utilizada a mesma argamassa de assentamento para preencher as juntas.

A passagem sobre os pisos recém-colocados, deverá ser impedida, mediante um isolamento físico das áreas, durante no mínimo, 2 (dois) dias.

Incluso neste registro de preço toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteções necessárias à execução dos serviços. As manutenções serão executadas com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, à boa execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.





#### **5.6.4. FORNECIMENTO E APLICAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DO PISO ALERTA DE LADRILHOS HIDRÁULICOS INTEGRADOS (EMBUTIDOS) AO PISO EXISTENTE**

São placas de concreto de alta resistência produzido em padrão convencionado para formar a sinalização tátil ALERTA no piso com superfície de relevo tronco-cônico que tem o objetivo de avisar eventuais mudanças de direção ou perigo. É recomendado contraste entre as cores da sinalização tátil e do piso adjacente. Deve prevalecer o contraste claro-escuro percebido pela maioria da população, com quaisquer que sejam as cores determinada.

Os ladrilhos hidráulicos são indicados para as áreas externas, das quais estão sujeitas a fortes ações das intempéries da natureza (chuva, sol e vento) e indicados para pavimentação de calçadas, como também demais lugares de circulação de pedestres.

Onde encontra-se pisos existente, deve-se providenciar a remoção do mesmo e atentar-se com a paginação existente, sem danificar o recorte das outras peças ao redor. Caso ocorra alguma quebra, o não acabamento adequado estará interferindo na eficiência do relevo aos deficientes que o utilizam. Dito isso, entenda-se que os ladrilhos hidráulicos alertas deverão estar rentes e nivelados ao piso já existente em cada edificação em sua particularidade.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

O ladrilho mencionado nesse item, tem sua normatização através da NBR 9457 (Ladrilhos Hidráulicos Para Pavimentação — Especificação E Métodos De Ensaio), citando neste documento algumas especificações, sendo necessário consultá-la para mais detalhes.

Cada peça deve ter resistência mecânica de 3,5 Mpa.

As dimensões e tolerâncias exigidas:

- Comprimento nominal de 250mm (25cm);
- Largura nominal de 250mm (25cm);
- Espessura nominal de 20mm (2 cm).

Utilizando, então, as medidas comerciais com as dimensões 250x250mm e espessura de 2cm, sendo 3mm altura do relevo tátil.

Antes de ser iniciada a manutenção do ladrilho hidráulico, verificar a proximidade com as linhas de abastecimento de energia, água, gás e outros inflamáveis, substâncias tóxicas e as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial, pois caso exista, as mesmas deverão



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

ser desligadas, retiradas ou protegidas ou isoladas, respeitando às normas e determinações em vigor.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos e acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

As peças em ladrilho hidráulico para passeio, deverão ser assentadas sobre um contra piso de concreto, nivelado e compactado de forma a constituir uma espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros).

Os ladrilhos deverão respeitar os modelos padrões estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, sendo inicialmente selecionados e descartadas as peças defeituosas. A perfeita fixação dos ladrilhos após a pega da argamassa, deverá ser verificada por meio de percussão, devendo ser substituídas as peças que não estiverem perfeitamente aderidas ou que ocasionaram algum defeito.

As peças, antes da aplicação, deverão permanecer imersos em água até a saturação. Serão assentadas sobre o contra piso, com argamassa de cimento e areia, traço 1: 3 (uma parte para três partes) em volume.

As disposições e as juntas deverão ser do mesmo tipo do pavimento existente. Para passeios novos, quando as juntas forem inferiores à 5 mm (cinco milímetros), serão preenchidas com nata de cimento. Nas juntas superiores à 5 mm (cinco milímetros), deverá ser utilizada a mesma argamassa de assentamento para preencher as juntas.

A passagem sobre os pisos recém-colocados, deverá ser impedida, mediante um isolamento físico das áreas, durante no mínimo, 2 (dois) dias.

Incluso neste registro de preço toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteções necessárias à execução dos serviços. As manutenções serão executadas com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, à boa execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.



**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4** - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** - Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6** - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

**6.7** - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 119.

**6.8** - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 120.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**6.9** - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 121.

**6.10** - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme Lei nº 14.133/2021, art. 121.

**6.11** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme IN 5/2017, art. 44.

**6.12** A execução do contrato ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caput)

**6.13** Caberá ao **gestor do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

**6.13.1** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa:

a) Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

b) Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**6.13.2** emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período desde



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

que devidamente justificada e autorizada pela(s) Secretaria(s) requisitante(s), contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**6.13.3** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

**6.13.4** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

**6.13.5** manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

**6.13.6** coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

**6.13.7** estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, para que se tenha tempo hábil para realizar uma nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

**6.13.8** negociar condições mais vantajosas com a contratada no procedimento que antecede a prorrogação ou a extinção dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, na forma do disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**6.14** Cabe ao **fiscal técnico do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

**6.14.1** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

**6.14.2** anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**6.14.3** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**6.14.4** informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**6.14.5** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

**6.14.6** fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, com o apoio do fiscal administrativo, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

**6.14.7** comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 11, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

**6.15** Cabe ao **fiscal administrativo do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**6.15.1** prestar apoio técnico e operacional ao gestor e ao fiscal técnico do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

**6.15.2** verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e

**6.15.3** examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

**6.16.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

### **7. SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**7.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**7.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**7.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.2.1.** Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “7.1.2 a 7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.2. a 7.1.8.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **7.3. Multa:**

**7.3.1.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

**7.3.2.** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.3.** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**7.3.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**7.3.5.** Multa de 5% (cinco por cento) sob o valor estimado da contratação, em caso de execução inadequada ou incompleta da reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, verificada em inspeção técnica ou relatório da fiscalização da Contratante;

**7.3.6.** A aplicação das penalidades previstas não exime a CONTRATADA da obrigação de corrigir as falhas ou irregularidades apontadas.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

**7.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**7.7.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.7.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

**7.7.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**7.9.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.10.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**8.1 - Do recebimento:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21).

**8.1.1-** O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

**8.1.2 –** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**8.2.3 –** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**8.3 –** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**8.3.1** - O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.3.2** - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**8.3.3** – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.3.4** – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.4** - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

**8.4.1** -Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**8.4.2** - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.4.3** - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**8.4.4** – Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**8.5** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.6** - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.7** - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

**8.8 Prazo e Forma de pagamento:** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada e aprovada pela Unidade Requisitante.

**8.9** Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**8.10** Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

**8.11** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC – FIPE, calculado pro rata die.



## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.**

**9.2** O regime de execução do contrato será global por preço unitário.

**9.3 Exigências de habilitação:** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**9.3.1 Habilitação jurídica:** A documentação relativa à Habilitação Jurídica consiste em:

**9.3.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.3.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.3.1.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresase-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.3.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº. 77, de 18 de março de 2020.

**9.3.1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.3.1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.3.1.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.3.1.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.3.2** A documentação relativa à **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista** consiste em:

**9.3.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.3.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.3.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

**9.3.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**9.3.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.3.2.6.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.3.2.7.** Prova da inexistência de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão municipal competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.

**9.2.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.3.2.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.4.3 Qualificação econômico-financeira:** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira é a seguinte:

**9.4.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **9.4.4. Demais exigências de habilitação:**

#### **9.4.4.1. Da licitante**

**9.4.4.1.1.** Registro ou inscrição da empresa expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com prazo de validade em vigor.

#### **9.4.4.2. Do(s) responsável (is) técnico (s)**

**9.4.4.2.1** A licitante deverá apresentar profissional (is) de nível superior, Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços semelhantes, para fins de contratação.

**9.4.4.2.2** O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

#### **9.4.4.3. Capacitação técnico-profissional**

**9.4.4.3.1.** A licitante deverá declarar que possui/possuirá em seu quadro permanente de pessoal, contratação de profissional com nível superior, com respectiva prova de aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de CAT (Certidão de Acervo Técnico), indicando experiência relativa a execução dos seguintes serviços de maior relevância e valor significativo:



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.4.4.3.2.** O vínculo empregatício com o profissional indicado como Responsável Técnico deverá ser comprovado mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante, em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho; ou do contrato de prestação de serviço; ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detento do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência profissional.

### **9.4.4.4 Capacitação técnico-operacional**

**9.4.4.4.1** Atestado (s) ou certidão (ões) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação, contemplando, quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) conforme descrito na tabela a seguir

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Quantidade para Qualificação Técnica
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.250
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	600
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	4.400
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	2.200

Tabela 2 – Quantitativo para a Qualificação Técnica.

**9.4.4.4.2** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

**9.4.4.4.3** A comprovação a que se refere aos subitens 9.4.4.4.1 acima, poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser a licitante.

**9.4.4.4.4** Não será permitida a participação de consórcios, pois não é justificada estas participações visto o contrato em tela não ser de grande vulto e não são de alta complexidade técnica.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.5.** Será exigida das cooperativas a seguinte documentação complementar:

**9.5.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**9.5.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.5.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.5.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**9.5.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**9.5.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**9.5.6.1.** ata de fundação;

**9.5.6.2.** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**9.5.6.3.** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**9.5.6.4.** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**9.5.6.5.** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

**9.5.6.6.** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

**9.5.6.7.** última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**10.4** Forma de adjudicação: **POR GLOBAL.**

**10.4.1** A adjudicação deverá ser global, com a adjudicação de todos os itens a uma única empresa, o que se justifica tanto do ponto de vista técnico, tanto quanto econômico, como metodológico. Do ponto de vista técnico, os materiais possuem interdependência na etapa de



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

execução. Já sob os enfoques econômico e metodológico, observa-se que o método aplicado a um item de ser semelhante e compatível com aquele utilizado em itens correlatos.

### 10.5 Critério de julgamento das propostas: **MENOR PREÇO.**

### 11. ESTIMATIVA DO VALOR DOS SERVIÇOS: O valor estimado dos serviços é de R\$ 4.799.297,00 (Quatro Milhões Setecentos e Noventa e Nove Mil Duzentos e Noventa e Sete Reais).

A utilização das tabelas oficiais de custos apresenta diversas vantagens em comparação com a elaboração de orçamentos de referência baseados em propostas comerciais de empresas privadas. Em primeiro lugar, as tabelas oficiais são elaboradas com base em uma metodologia padronizada e transparente, com dados atualizados periodicamente pelo IBGE a cada mês em parceria com a Caixa Econômica Federal. Isso assegura maior uniformidade, confiabilidade e isonomia na definição dos preços utilizados nos processos de contratação pública.

Além disso, o uso dessas tabelas atende diretamente às exigências legais e normativas vigentes, como a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que determina que os orçamentos de referência da administração pública devem ser fundamentados em sistemas oficiais de custos. Essa prática contribui para a prevenção de sobre preços e superfaturamentos, promovendo maior controle, fiscalização e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Outro aspecto relevante é a imparcialidade proporcionada pelas tabelas oficiais. Orçamentos baseados em cotações de empresas podem estar sujeitos a variações de mercado, interesses comerciais ou até mesmo à falta de representatividade estatística, comprometendo a precisão do orçamento de referência. Por outro lado, a SINAPI reflete uma média de mercado obtida por meio de ampla pesquisa, o que oferece uma base técnica mais sólida e menos suscetível a distorções.

Portanto, a adoção de tabelas oficiais como a SINAPI e FDE não apenas fortalece a governança e a transparência nas contratações públicas, como também contribui para a padronização dos custos, a mitigação de riscos legais e a eficiência na gestão orçamentária do setor público.

### 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente registro de preços correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.39.00	MUNICIPAL
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.00	MUNICIPAL

**ASSINATURAS:**

**-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**Responsável:** Daniel de Brito Prado Vieira - Engenheiro

**Responsável:** Diego Jorge de Melo Lacerda - Diretor de Departamento de Obras da Educação

**-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA:**

**Responsável:** Gerson Minoru Yonamine - Departamento de Manutenção

**APROVAMOS** o presente Termo de Referência e **AUTORIZAMOS** a abertura do procedimento licitatório.

**DENYS DOS SANTOS FONSECA**

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE EXPANSÃO  
DE REDE ESCOLAR

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **Apêndice 1 – Planilha Estimativa**

---

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

CATSER 5312							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	SEDUC	SESAP	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m²	2.000	500	2.500	R\$ 382,49	R\$ 956.225,00
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m²	1.000	200	1.200	R\$ 382,49	R\$ 458.988,00
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	8.000	800	8.800	R\$ 256,37	R\$ 2.256.056,00
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	4.000	400	4.400	R\$ 256,37	R\$ 1.128.028,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 4.799.297,00</b>	





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **Apêndice 2 – Estudo Técnico Preliminar**

---



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.363/2025-D**

#### **1 - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

**SEDUC:** O presente Estudo Técnico Preliminar objetiva a análise de custos referente a Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais dos próprios municipais (ID 5312 - Instalação / Manutenção / Remoção - Piso em Geral (Exceto madeirados) – Compras.gov.br), com o intuito de garantir a acessibilidade e segurança de pessoas com deficiência visual, conforme as normas técnicas vigentes. Atua na prevenção e correção de desgastes, descolamentos e obstruções que possam comprometer a funcionalidade e a durabilidade do sistema, assegurando a correta sinalização e a integridade do percurso para os usuários.

A licitação de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais será realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) e Secretaria de Saúde Pública (SESAP), de forma a garantir a manutenção adequada dos próprios municipais.

Obs: O ID relacionado a prestação dos serviços de instalação e manutenção de piso tátil informado pelo Compras.gov.br está parcialmente apresentado no **Anexo F**.

**SESAP:** O piso tátil é fundamental para garantir a autonomia, segurança e inclusão de pessoas com deficiência visual e baixa visão, fornecendo orientação e alertando sobre perigos em espaços públicos e privados. Sua importância reside na capacidade de fornecer informações táteis através do tato, auxiliando na locomoção independente e na prevenção de acidentes. O piso tátil direcional indica o trajeto a seguir, funcionando como um guia para a locomoção em áreas amplas, como calçadas, corredores e entradas de prédios. O piso tátil de alerta, com sua textura de bolinhas, avisa sobre mudanças de nível, obstáculos ou áreas de risco, como escadas, rampas, elevadores e cruzamentos.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Praia Grande foi devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.929/2023, conforme previsto em seu artigo 16. O documento encontra-se publicado e disponível para consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob o ID nº 46177531000155-0-000017/2025, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano de Contratações Anual (PCA), prevê licitação de empresa especializada para os serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais.

### **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A instalação e manutenção de piso tátil têm como objetivo principal garantir a acessibilidade e a segurança de pessoas com deficiência visual, em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis. Essa prática assegura a inclusão e a autonomia dos usuários, prevenindo acidentes e promovendo um ambiente urbano mais seguro e funcional.

A empresa contratada deverá seguir de forma rigorosa todos os procedimentos técnicos de segurança, aplicáveis à execução de serviços conforme as normas e leis citadas a seguir, que regem o objeto deste certame para atender os requisitos mínimos de contratação:

- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 16537 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- ABNT NBR 15320 – Piso tátil de alerta e piso tátil direcional – Especificação;
- ABNT NBR ISO 23599 – Acessibilidade – Informação de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual – Sistema de pavimentação tátil.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. O procedimento se



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

formalizará por meio do sistema de registro de preços e a aquisição será realizada por meio de contrato ou instrumento hábil que confere maior flexibilidade e agilidade na gestão dos recursos públicos. Não há período de férias, recesso ou outros, por parte da contratante ou da contratada, devendo atender a todos os quesitos, conforme prazo de entregas estabelecidos e acordados, durante todo o período de vigência do contrato, respeitando-se somente os feriados nacionais e municipais.

Nas Notas Fiscais (N.F.) emitidas deverão obrigatoriamente constar o número de licitação, número do contrato, bem como da autorização de fornecimento e do empenho para indicação de pagamento. No caso do recurso utilizado para pagamento ser proveniente de convênios, também deverá ser informado na nota fiscal.

O processo licitatório respectivo ao objeto deste certame é de nº 15.150/2022.

### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**SEDUC:** A seguir está apresentado o quantitativo de serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais realizados no último contrato.

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Quantitativos (Ata/Ano)
		279/2022
Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	3.908,91
Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.828,92
Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	412,17
Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	194,02

**Tabela 1** – Quantitativo dos serviços realizados no último contrato.

O quantitativo previsto para o próximo contrato foi estimado com base no consumo por escola utilizado no contrato anterior, abrangendo o período de um ano. Com o intuito de instalar principalmente piso tátil embutido, dada a baixa necessidade de manutenção



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

requerida por este tipo de piso, e somente realizar a manutenção do piso tátil colado, foi considerado o princípio de Pareto aplicado aos quantitativos totais utilizados, obtendo assim os quantitativos conforme pode ser constatado na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	2.000
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.000
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	8.000
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	4.000

**Tabela 2** – Quantitativo estipulado no próximo contrato.

Foram encaminhados e-mails às demais Secretarias para levantamento da demanda prevista, incluindo eventuais variações, visando à elaboração do próximo contrato. A tabela a seguir apresenta os órgãos que demonstraram interesse em serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais, com os quantitativos correspondentes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE		
			SEDUC	SESAP	TOTAL
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	2.000	500	2.500
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m <sup>2</sup>	1.000	200	1.200
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	8.000	800	8.800
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m <sup>2</sup>	4.000	400	4.400

**Tabela 3** – Quantitativo das Secretarias interessadas.



**SESAP:** As quantidades apresentadas foram obtidas de acordo com a estimativa de anos anteriores, a fim de adequar demandas referente à ABNT 9050.

## **5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A instalação e manutenção de piso tátil têm como objetivo preservar a integridade da edificação e garantir a acessibilidade. Essa prática assegura a funcionalidade e a durabilidade das estruturas, além de prevenir o surgimento de anomalias causadas por desgastes, ação de agentes externos e intervenções indevidas, evitando danos à estrutura e prejuízos ao patrimônio público.

### **5.1 – Metodologias de Execução**

A instalação e manutenção de piso tátil se divide em diferentes categorias, que variam de acordo com o tipo de piso, o material a ser utilizado, a localização da edificação e o grau de deterioração dos elementos. A seguir, são apresentadas as principais ações de instalação e manutenção corretiva e preventiva comumente aplicadas em pisos táteis:

- a) Instalação de piso tátil sobreposto;
- b) Instalação de piso tátil integrado (embutido);
- c) Substituição de peças danificadas;
- d) Limpeza e manutenção preventiva.

As metodologias a seguir descrevem os procedimentos recomendados para as ações de instalação e manutenção citadas, visando garantir a eficiência e segurança do sistema.

#### **5.1.1 Instalação de piso tátil sobreposto.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a instalação de piso tátil sobreposto, com o objetivo de garantir a acessibilidade e segurança em áreas existentes, sem a necessidade de grandes intervenções estruturais:



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

- a) Realizar a limpeza completa da área de aplicação, removendo poeira, gordura, umidade e quaisquer resíduos que possam comprometer a aderência;
- b) A superfície deve estar seca, nivelada e livre de imperfeições. Em caso de irregularidades, proceder com o nivelamento adequado;
- c) Utilizar gabaritos e linhas de referência para demarcar precisamente a área de instalação do piso tátil, garantindo o alinhamento e a conformidade com as normas de acessibilidade (NBR 9050 e NBR 16537);
- d) Aplicar adesivo de alta performance, específico para piso tátil, de forma uniforme sobre a superfície demarcada, seguindo as recomendações do fabricante quanto à quantidade e tempo de cura;
- e) Posicionar cuidadosamente as peças de piso tátil sobre o adesivo, pressionando firmemente para garantir a total aderência e a eliminação de bolhas de ar. Respeitar o espaçamento entre as peças, conforme as normas técnicas;
- f) Após o assentamento, remover o excesso de adesivo e realizar a limpeza da área. Isolar o local até a cura completa do adesivo, garantindo a fixação e durabilidade do piso tátil.

### **5.1.2 – Instalação de piso tátil integrado (embutido).**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a instalação de piso tátil integrado (embutido), com o objetivo de proporcionar uma solução mais duradoura e esteticamente integrada ao piso existente:

- a) Demarcar a área de instalação e realizar o recorte do piso existente com precisão, utilizando equipamentos adequados para garantir um encaixe perfeito das peças de piso tátil. Remover o material recortado e limpar a área;
- b) Preparar a base com argamassa ou contrapiso, garantindo nivelamento e compactação adequados para receber o piso tátil. A base deve estar limpa, seca e livre de impurezas;
- c) Aplicar argamassa colante específica para piso tátil sobre a base preparada e assentar as peças de piso tátil, pressionando firmemente para garantir a aderência e o nivelamento com o piso existente. Utilizar espaçadores para manter o alinhamento e o espaçamento correto;





d) Após o assentamento e a cura inicial da argamassa, realizar o rejuntamento das peças com material adequado, garantindo a vedação e o acabamento. Remover o excesso de rejunte e limpar a área. Isolar o local até a cura completa do rejunte.

#### **5.1.3 Substituição de peças danificadas.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a substituição de peças danificadas de piso tátil, visando restaurar a funcionalidade e a segurança do sistema:

a) Localizar as peças de piso tátil que apresentam trincas, quebras, descolamentos ou desgastes excessivos. Com cuidado, remover as peças danificadas, utilizando ferramentas apropriadas para evitar danos às peças adjacentes e à base;

b) Limpar a área onde a peça foi removida, removendo resíduos de adesivo ou argamassa antiga. A superfície deve estar limpa, seca e nivelada para receber a nova peça;

c) Aplicar adesivo ou argamassa (conforme o tipo de instalação, sobreposta ou embutida) na base e assentar a nova peça de piso tátil, garantindo o alinhamento e o nivelamento com as peças existentes. Pressionar firmemente para assegurar a aderência;

d) Remover o excesso de material e limpar a área. Em caso de piso tátil embutido, realizar o rejuntamento. Isolar o local até a cura completa do adesivo ou argamassa, garantindo a fixação e durabilidade da peça substituída.

#### **5.1.4 Limpeza e manutenção preventiva.**

A seguir, apresentam-se as metodologias recomendadas para a limpeza e manutenção preventiva do piso tátil, visando prolongar sua vida útil e garantir a eficácia da sinalização:

a) Realizar inspeções periódicas para identificar sinais de desgaste, descolamento, sujeira excessiva, obstruções ou danos. Registrar as observações para planejar as ações de manutenção necessárias;

b) Realizar a limpeza do piso tátil com água e sabão neutro, utilizando escovas de cerdas macias para remover sujeiras e detritos. Em caso de manchas persistentes, utilizar produtos específicos para o material do piso tátil, seguindo as recomendações do fabricante. Evitar o uso de produtos abrasivos que possam danificar a superfície;

c) Remover quaisquer objetos, detritos ou vegetação que possam obstruir o piso tátil e comprometer sua funcionalidade;



d) Realizar pequenos reparos, como a recolocação de peças levemente descoladas ou o preenchimento de pequenas fissuras, utilizando materiais compatíveis com o piso tátil. Em casos de danos mais extensos, programar a substituição das peças, conforme a metodologia descrita no item 5.1.3;

e) Garantir que a sinalização visual e tátil esteja sempre clara e desobstruída, reforçando a segurança dos usuários.

## **5.2 Serviços em Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais**

### **5.2.1 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL SOBREPOSTO AO PISO EXISTENTE.**

São pisos com superfície de relevos lineares que tem o objetivo de orientar o percurso a ser seguido.

Desenvolvidos para projetos de acessibilidade que orientam pessoas com deficiência visual, composto 100% de borracha é um piso antiderrapante com superfície de relevo direcionais e possui grande variedade de cores. Como possuem menor interferência visual e facilidade de aplicação, podem ser instalados em diversos ambientes que alertam e direcionam deficientes visuais, fixado com adesivo de contato, atende as normas vigentes em conformidade com a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo a segurança ao deficiente visual.

O piso tátil é composto de material plástico de PVC através do processo de compactação/prensagem, formulado a partir de material virgem (isento partículas recicladas) sem adição de metais pesados, em placas antiderrapantes, com medidas, distância e disposições e aplicados com cola. Nas dimensões 250x250mm e espessura de 5mm, sendo 2mm espessura da placa e 3mm altura do relevo.

A modulação dos pisos deve garantir a continuidade de textura e padrão de informação, as placas deverão ser contrastantes com o piso adjacente, podendo ser sobrepostas ou integradas ao mesmo, respeitando as seguintes condições:

- A base do piso a ser fixado deve ser bem-acabada e não exceder a 2mm. O piso deve estar nivelado para receber as placas de borracha, respeitando as medidas das mesmas para



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

que não forme desnível. Podem ser aplicados diretamente sobre qualquer tipo de piso desde que a base esteja devidamente seca. Lixar o verso da placa do piso com lixa de ferro 40/80/100 para abrir os poros da borracha (quando se notar presença de oleosidade na placa, antes de lixar a superfície de contato, deve-se limpar a placa com acetona líquida). Passar cola de contato à base de neoprene no verso das placas e na superfície do piso existente, em área máxima de 10m<sup>2</sup>;

- Aguardar a evaporação do solvente até o ponto de aderência da cola para iniciar o assentamento das placas. Atentar para o perfeito alinhamento entre as placas e para que não se forme bolhas de ar, garantindo-se a máxima aderência das placas no piso existente. Após execução do serviço, aguardar 24 horas, no mínimo, para liberar o piso ao tráfego.

### **5.2.2 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PISO TÁTIL ALERTA SOBREPOSTO AO PISO EXISTENTE.**

São pisos com superfície de relevo tronco-cônico que tem o objetivo de avisar eventuais mudanças de direção ou perigo.

Desenvolvidos para projetos de acessibilidade que orientam pessoas com deficiência visual, composto 100% de borracha é um piso antiderrapante com superfície de relevo direcionais e possui grande variedade de cores. Como possuem menor interferência visual e facilidade de aplicação, podem ser instalados em diversos ambientes que alertam e direcionam deficientes visuais, fixado com adesivo de contato, atende as normas vigentes em conformidade com a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo a segurança ao deficiente visual.

O piso tátil é composto de material plástico de PVC através do processo de compactação/prensagem, formulado a partir de material virgem (isento partículas recicladas) sem adição de metais pesados, em placas antiderrapantes, com medidas, distância e disposições e aplicados com cola. Nas dimensões 250x250mm e espessura de 5mm, sendo 2mm espessura da placa e 3mm altura do relevo.

O piso tátil de alerta deve apresentar cor contrastante com a do piso adjacente:

- Em superfícies claras (bege, cinza claro, etc.): amarelo, azul ou marrom;
- Em superfícies escuras (preta, marrom, cinza escuro, etc.): amarelo ou azul.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

A modulação dos pisos deve garantir a continuidade de textura e padrão de informação, as placas deverão ser contrastantes com o piso adjacente, podendo ser sobrepostas ou integradas ao mesmo, respeitando as seguintes condições:

- A base do piso a ser fixado deve ser bem-acabada e não exceder a 2mm. O piso deve estar nivelado para receber as placas de borracha, respeitando as medidas das mesmas para que não forme desnível. Podem ser aplicados diretamente sobre qualquer tipo de piso desde que a base esteja devidamente seca. Lixar o verso da placa do piso com lixa de ferro 40/80/100 para abrir os poros da borracha (quando se notar presença de oleosidade na placa, antes de lixar a superfície de contato, deve-se limpar a placa com acetona líquida). Passar cola de contato à base de neoprene no verso das placas e na superfície do piso existente, em área máxima de 10m<sup>2</sup>;
- Aguardar a evaporação do solvente até o ponto de aderência da cola para iniciar o assentamento das placas. Atentar para o perfeito alinhamento entre as placas e para que não se forme bolhas de ar, garantindo-se a máxima aderência das placas no piso existente. Após execução do serviço, aguardar 24 horas, no mínimo, para liberar o piso ao tráfego.

### **5.2.3 FORNECIMENTO E APLICAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DO PISO DIRECIONAL DE LADRILHOS HIDRÁULICOS INTEGRADOS (EMBUTIDOS) AO PISO EXISTENTE.**

São placas de concreto de alta resistência produzido em padrão convencionado para formar a sinalização tátil DIRECIONAL com superfície de relevos lineares que tem o objetivo de orientar o percurso a ser seguido. É recomendado contraste entre as cores da sinalização tátil e do piso adjacente. Deve prevalecer o contraste claro-escuro percebido pela maioria da população, com quaisquer que sejam as cores determinada.

Os ladrilhos hidráulicos são indicados para as áreas externas, das quais estão sujeitas a fortes ações das intempéries da natureza (chuva, sol e vento) e indicados para pavimentação de calçadas, como também demais lugares de circulação de pedestres.

Onde encontra-se pisos existente, deve-se providenciar a remoção do mesmo e atentar-se com a paginação existente, sem danificar o recorte das outras peças ao redor. Caso ocorra alguma quebra, o não acabamento adequado estará interferindo na eficiência do relevo aos deficientes que o utilizam. Dito isso, entenda-se que os ladrilhos hidráulicos



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

direcionais deverão estar rentes e nivelados ao piso já existente em cada edificação em sua particularidade.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

O ladrilho mencionado nesse item, tem sua normatização através da NBR 9457 (Ladrilhos Hidráulicos Para Pavimentação — Especificação E Métodos De Ensaio), citando neste documento algumas especificações, sendo necessário consultá-la para mais detalhes.

Cada peça deve ter resistência mecânica de 3,5 Mpa.

As dimensões e tolerâncias exigidas:

- Comprimento nominal de 250mm (25cm);
- Largura nominal de 250mm (25cm);
- Espessura nominal de 20mm (2cm).

Utilizando, então, as medidas comerciais com as dimensões 250x250mm e espessura de 2cm, sendo 3mm altura do relevo tátil.

Antes de ser iniciada a manutenção do ladrilho hidráulico, verificar a proximidade com as linhas de abastecimento de energia, água, gás e outros inflamáveis, substâncias tóxicas e as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial, pois caso exista, as mesmas deverão ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando as normas e determinações em vigor.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositada em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos e de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

As peças em ladrilho hidráulico para passeio, deverão ser assentadas sobre um contra piso de concreto, nivelado e compactado de forma a constituir uma espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros).

Os ladrilhos deverão respeitar os modelos padrões estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, sendo inicialmente selecionados e descartadas as peças defeituosas. A perfeita fixação dos ladrilhos após a pega da argamassa, deverá ser verificada por meio de percussão, devendo ser



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

substituídas as peças que não estiverem perfeitamente aderidas ou que ocasionaram algum defeito.

As peças, antes da aplicação, deverão permanecer imersos em água até a saturação. Serão assentadas sobre o contra piso, com argamassa de cimento e areia, traço 1: 3 (uma parte para três partes) em volume.

As disposições e as juntas deverão ser do mesmo tipo do pavimento existente. Para passeios novos, quando as juntas forem inferiores à 5 mm (cinco milímetros), serão preenchidas com nata de cimento. Nas juntas superiores à 5 mm (cinco milímetros), deverá ser utilizada a mesma argamassa de assentamento para preencher as juntas.

A passagem sobre os pisos recém-colocados, deverá ser impedida, mediante um isolamento físico das áreas, durante no mínimo, 2 (dois) dias.

Incluso neste registro de preço toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteções necessárias à execução dos serviços. As manutenções serão executadas com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, à boa execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

### **5.2.4. FORNECIMENTO E APLICAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DO PISO ALERTA DE LADRILHOS HIDRÁULICOS INTEGRADOS (EMBUTIDOS) AO PISO EXISTENTE**

São placas de concreto de alta resistência produzido em padrão convencional para formar a sinalização tátil ALERTA no piso com superfície de relevo tronco-cônico que tem o objetivo de avisar eventuais mudanças de direção ou perigo. É recomendado contraste entre as cores da sinalização tátil e do piso adjacente. Deve prevalecer o contraste claro-escuro percebido pela maioria da população, com quaisquer que sejam as cores determinada.

Os ladrilhos hidráulicos são indicados para as áreas externas, das quais estão sujeitas a fortes ações das intempéries da natureza (chuva, sol e vento) e indicados para pavimentação de calçadas, como também demais lugares de circulação de pedestres.

Onde encontra-se pisos existente, deve-se providenciar a remoção do mesmo e atentar-se com a paginação existente, sem danificar o recorte das outras peças ao redor. Caso ocorra alguma quebra, o não acabamento adequado estará interferindo na eficiência do



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

relevo aos deficientes que o utilizam. Dito isso, entenda-se que os ladrilhos hidráulicos alertas deverão estar rentes e nivelados ao piso já existente em cada edificação em sua particularidade.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos de acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

O ladrilho mencionado nesse item, tem sua normatização através da NBR 9457 (Ladrilhos Hidráulicos Para Pavimentação — Especificação E Métodos De Ensaio), citando neste documento algumas especificações, sendo necessário consultá-la para mais detalhes.

Cada peça deve ter resistência mecânica de 3,5 Mpa.

As dimensões e tolerâncias exigidas:

- Comprimento nominal de 250mm (25cm);
- Largura nominal de 250mm (25cm);
- Espessura nominal de 20mm (2 cm).

Utilizando, então, as medidas comerciais com as dimensões 250x250mm e espessura de 2cm, sendo 3mm altura do relevo tátil.

Antes de ser iniciada a manutenção do ladrilho hidráulico, verificar a proximidade com as linhas de abastecimento de energia, água, gás e outros inflamáveis, substâncias tóxicas e as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial, pois caso exista, as mesmas deverão ser desligadas, retiradas ou protegidas ou isoladas, respeitando às normas e determinações em vigor.

Toda manutenção será programada e a remoção do entulho terá de ser feita e depositadas em caçambas apropriadas para recebimento de entulhos e acordo com as normas específicas, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

As peças em ladrilho hidráulico para passeio, deverão ser assentadas sobre um contra piso de concreto, nivelado e compactado de forma a constituir uma espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros).

Os ladrilhos deverão respeitar os modelos padrões estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, sendo inicialmente selecionados e descartadas as peças defeituosas. A perfeita fixação dos ladrilhos após a pega da argamassa, deverá ser verificada por meio de percussão, devendo ser





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

substituídas as peças que não estiverem perfeitamente aderidas ou que ocasionaram algum defeito.

As peças, antes da aplicação, deverão permanecer imersos em água até a saturação. Serão assentadas sobre o contra piso, com argamassa de cimento e areia, traço 1: 3 (uma parte para três partes) em volume.

As disposições e as juntas deverão ser do mesmo tipo do pavimento existente. Para passeios novos, quando as juntas forem inferiores à 5 mm (cinco milímetros), serão preenchidas com nata de cimento. Nas juntas superiores à 5 mm (cinco milímetros), deverá ser utilizada a mesma argamassa de assentamento para preencher as juntas.

A passagem sobre os pisos recém-colocados, deverá ser impedida, mediante um isolamento físico das áreas, durante no mínimo, 2 (dois) dias.

Incluso neste registro de preço toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteções necessárias à execução dos serviços. As manutenções serão executadas com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, à boa execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

### **5.3 Locais de Execução**

Os serviços, objeto da licitação, deverão ser executados nos locais designados pelas Unidades Requisitantes, conforme locais e endereços citados no **Anexo E**. Poderão ser incluídos novos endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria.

### **5.4 Prazo de Execução**

O prazo máximo para execução do serviço é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição ou memorando da Unidade Requisitante.

### **5.5 Mão de obra.**

Para a análise das soluções de mercado temos que conhecer os tipos de profissionais que podem exercer as devidas atribuições, juntamente como a quantidade de colaboradores para cada tipo de serviço.



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Por meio da Tabela de Composição da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) foi possível constatar a quantidade mínima de colaboradores para a realização de cada etapa de serviço, assim como a quantidade mínima de profissionais necessários no período do contrato, conforme os quantitativos levantados anteriormente e dispostos na tabela a seguir.

Componente	Unidade	Quantidade Total *1	Unidade*2	Quantidade Total*2
Pedreiro/ Aplicador	Horas	8.010	Anual	4
Servente/ Ajudante de aplicador	Horas	27.210	Anual	14

**Tabela 3** – Quantitativo de colaboradores.

Conforme constatado na tabela apresentada, podemos demonstrar que existem 04 tipos de colaboradores que executarão os serviços: pedreiros, aplicadores, serventes e ajudantes de aplicadores, agrupados pela faixa salarial, sendo um total de 18 colaboradores. No cálculo não foram considerados os tempos ociosos e nem os colaboradores indiretos: coordenadores, engenheiros, encarregados, mestres de obra e almoxarifados.

Obs.: No **anexo A** estão as planilhas referente a composição de mão de obra.

### 5.6 Material.

Para a análise das soluções de mercado temos que conhecer os tipos e as quantidades de materiais que serão utilizados para elaborar o armazenamento e planejamento de compra, estocagem, uso e descarte.

Por meio da Tabela de Composição da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) foi possível constatar a quantidade de materiais para a realização de cada etapa de serviço e no período total do contrato de doze meses, conforme os quantitativos levantados anteriormente e dispostos no **anexo A**.

Conforme pode ser constatado na tabela abaixo, o quantitativo dos materiais é demasiado devendo haver um espaço considerável para armazenar os materiais mesmo considerando o gasto contínuo no período de 12 meses.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

<b>Componente</b>	<b>Código</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Unidade</b>
Cola de contato a base de neoprene	28006	1.200	Kg
Placas de borracha 25x25cm e=4mm tátil alerta/direcional	35541	3.000	m <sup>2</sup>
Lixa para ferro	38012	1.500	un
Areia	20503	76	m <sup>3</sup>
Cimento	20508	90.000	Kg
Cola PVA	28005	600	Kg
Ladrilho hidráulico 25x25cm e=2cm piso tátil direcional	36527	8.000	m <sup>2</sup>
Ladrilho hidráulico 25x25cm e=2cm piso tátil alerta	36525	4.000	m <sup>2</sup>

**Tabela 4 – Quantitativo de materiais.**

Obs.: No **anexo A** estão as planilhas referentes a composição de material.

### **5.6 Soluções de mercado**

Identificando a metodologia e a mão de obra a serem utilizadas podemos concluir que existem duas formas para realizar os serviços propostos: contratação de empresas especializadas ou especialização de funcionários da prefeitura. A primeira forma proposta (contratação de empresas especializadas) deve ser realizada por meio de licitação de concorrência com registro de preço, método utilizado atualmente, conforme Lei 14.133 – Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Pontos favoráveis na contratação de empresas especializadas para a execução dos serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais:

a) A empresa contratada assume integralmente a responsabilidade pela execução dos serviços, desde o planejamento até a entrega final, o que inclui a correção de eventuais falhas durante o período de garantia contratual, normalmente de 5 anos;

b) Os colaboradores das empresas especializadas possuem, em geral, conhecimento técnico e experiência prática acumulada na área, o que reduz significativamente a probabilidade de falhas na execução, retrabalhos e problemas futuros;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

c) Empresas especializadas tendem a seguir padrões normativos e utilizar metodologias atualizadas, materiais adequados e equipamentos específicos, o que eleva a qualidade final do serviço e assegura a durabilidade da solução aplicada;

d) Ao delegar a execução a profissionais especializados, reduz-se o risco de acidentes de trabalho e problemas decorrentes de má execução;

e) A contratação de uma empresa capacitada permite maior previsibilidade nos prazos e orçamentos, além de liberar a estrutura interna da prefeitura para atividades estratégicas e de fiscalização técnica.

A segunda forma proposta (especialização de funcionários da prefeitura) deve ser realizada por meio de concurso para a contratação de profissionais e posteriormente especialização destes profissionais em cursos especializados. Análise dos pontos favoráveis e desfavoráveis na especialização dos funcionários da prefeitura para execução da Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais. Pontos favoráveis:

a) Permite o controle integral do processo, desde o início até a conclusão dos serviços, garantindo maior acompanhamento e qualidade na execução;

b) Possibilita o desenvolvimento interno de expertise específica para instalação e manutenção de piso tátil, reduzindo a dependência de terceiros;

c) Facilita a padronização dos procedimentos e a adequação das práticas às necessidades e normas locais.

Pontos desfavoráveis:

a) Processo moroso para contratação e especialização dos funcionários, demandando tempo e investimento em treinamento;

b) Risco de contratações com desvios de perfil ou capacitação inadequada, comprometendo a eficiência dos serviços;

c) Aumento da carga de trabalho e complexidade nas licitações e na gestão dos serviços internos; d) Requer espaço adequado para armazenamento de materiais;

e) Elevação dos custos com transporte e logística para deslocamento dos funcionários e materiais;

f) Caso ocorram falhas na execução, pode ser necessária a correção do serviço, gerando incremento nos custos e prazos do projeto.



### 5.8 Matriz de Probabilidade versus Impacto de Riscos.

Com as análises realizadas anteriormente pode-se elaborar uma matriz de probabilidade versus impacto de erros que acrescentem custos demasiados e não especificados.

		Impacto				
		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Probabilidade	Muito Baixo	1	2	3	4	5
	Baixo	2	4	6	8	10
	Médio	3	6	9	12	15
	Alto	4	8	12	16	20
	Muito Alto	5	10	15	20	25

Cor	Classificação do Risco
Verde	Baixo
Amarelo	Médio
Vermelho	Alto

**Gráfico 1** - Matriz de Probabilidade *versus* Impacto ao erário público.

A seguir, são descritas as principais anomalias que podem ocorrer durante a execução da Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais, acompanhadas da respectiva análise de risco individual e do risco total do processo.

Deficiência	Probabilidade	Impacto	Risco
Aplicação incorreta do piso tátil direcional (sentido inadequado), podendo desorientar pessoas com deficiência visual, resultando em acidentes.	3	5	15



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Descolamento do piso tátil sobreposto após a instalação, comprometendo a durabilidade e segurança	4	4	16
Utilização de materiais fora das normas técnicas (ex: ABNT NBR 9050)	3	5	15
Erro na substituição de ladrilhos hidráulicos (mal encaixe ou nivelamento)	4	5	20
Falta de contraste entre o piso tátil e o piso existente (visual)	3	5	15
Obstrução do piso tátil por elementos urbanos (lixeiras, postes, mobiliário urbano)	1	5	5
Ausência de limpeza adequada antes da instalação	3	5	15
Danos aos pisos existentes durante a instalação	4	5	20
Falta de sinalização de segurança durante a execução dos serviços	4	5	20
<b>Risco Médio</b>			<b>16</b>

A análise considerou a atuação de uma empresa especializada exclusivamente em serviços de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais, com todos os colaboradores devidamente contratados e treinados para suas funções. Caso se opte por uma empresa sem a devida especialização e com equipe não capacitada, tanto a probabilidade de falhas quanto o nível de risco tendem a aumentar significativamente.

Constatou-se que a classificação de risco ao erário público situa-se, em alta. No entanto, esse risco, que já é significativo, pode ser agravado, dependendo dos métodos adotados durante o processo e do nível de profissionalismo dos envolvidos, o que representa uma ameaça significativa aos recursos públicos.

A seguir, apresentam-se alguns riscos que foram analisados com o objetivo de tomar as providências adequadas para eliminar os problemas.



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

RISCO 01		
Probabilidade:	( ) Baixa      ( x ) Média      ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixa      ( ) Média      ( x ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Aplicação incorreta do piso tátil direcional (sentido inadequado)	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar capacitação técnica com os funcionários sobre as normas da ABNT NBR 9050 e diretrizes de acessibilidade, incluindo o correto posicionamento do piso tátil direcional conforme fluxos e acessos.	Empresa
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Refazer a instalação do piso tátil no sentido correto, removendo o material inadequado com cuidado para evitar danos ao piso base e reaplicando o novo conforme norma.	Empresa

RISCO 02		
Probabilidade:	( ) Baixa      ( x ) Média      ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixa      ( x ) Média      ( ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
2.	Descolamento do piso tátil sobreposto após a instalação	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
2.	Utilizar adesivos e materiais de fixação adequados ao tipo de piso existente e às condições climáticas locais; garantir que a superfície esteja limpa, seca e nivelada antes da aplicação.	Empresa
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
2.	Realizar nova fixação com adesivo apropriado ou substituição do piso tátil, verificando previamente as condições da superfície para evitar reincidência do problema.	Empresa





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

RISCO 03		
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
3.	Erro na substituição de ladrilhos hidráulicos (mal encaixe ou nivelamento)	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
3.	Medição precisa e uso de ferramentas adequadas para corte e assentamento; treinamento específico sobre técnicas de assentamento de ladrilhos.	Empresa
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
3.	Remover os ladrilhos mal assentados e realizar nova instalação, com nivelamento adequado e correção da base se necessário.	Empresa

RISCO 04		
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
4.	Danos aos pisos existentes durante a instalação do piso tátil	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
4.	Proteger as áreas adjacentes com materiais de cobertura (ex: manta protetora), utilizar ferramentas apropriadas e técnicas que minimizem impactos.	Empresa
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
4.	Realizar reparos no piso danificado com o mesmo tipo de material ou o mais similar possível, garantindo a uniformidade estética e funcional.	Empresa

## 6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 – PREÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

Os custos dos funcionários e materiais foram adquiridos por meio das tabelas referências de preços do mês de dezembro do ano de 2025 do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), no site [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_664](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_664), nas planilhas denominadas SINAPI\_Custo\_Ref\_Composicoes\_SP\_202512 e SINAPI\_Precio\_Ref\_Insumos\_SP\_202512, as quais foram acessadas no dia 28 de janeiro de



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

2026, foram considerados o valor de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no valor de 25% dos valores, conforme cita o Acordão 2622/2013.FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e foram considerados o valor de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no valor de 25% dos valores, conforme cita o Acordão 2622/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	Quantitativo	Valor	Valor total
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m²	2.500	R\$ 382,49	R\$ 956.225,00
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m²	1.200	R\$ 382,49	R\$ 458.988,00
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	8.800	R\$ 256,37	R\$ 2.256.056,00
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	4.400	R\$ 256,37	R\$ 1.128.028,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 4.799.297,00</b>

**Tabela 5 – Orçamento referência para contratação de empresa.**

Obs.: No **anexo B** estão as planilhas referente a composição de preço de contratação de empresa.

### 6.2 - PREÇO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA PREFEITURA

Para elaboração do orçamento referência para a realização dos serviços pela prefeitura foi utilizada a mesma composição de preço do item anterior, porém os valores de mão de obra foram adequados aos custos dos colaboradores da prefeitura e a quantidade necessária de colaboradores, além disso o ISS e o lucro (10,90%) foram retirados do BDI.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	Quantitativo	Valor	Valor total
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m²	2.500	R\$ 319,20	R\$ 798.000,00
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m²	1.200	R\$ 319,20	R\$ 383.040,00
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	8.800	R\$ 176,49	R\$ 1.553.112,00
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	4.400	R\$ 176,49	R\$ 776.556,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 3.510.708,00</b>

**Tabela 6 – Orçamento referência para realização dos serviços pela prefeitura.**



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Para os custos realizados acima não foram considerados situações não aferíveis, como colaboradores que recebem quinquênios e sexta parte, dias improdutivos por causa de chuva, acréscimo de custos referente a ensaios, encarregados e engenheiros, tempo de transporte, aumento das acomodações dos colaboradores e ociosidade.

Obs.: No **anexo C** estão as planilhas referente a composição da realização de serviço pela prefeitura.

Obs.: No **anexo D** estão as planilhas referente aos custos dos colaboradores da prefeitura.

### **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta visa garantir a correta aplicação e a qualidade do piso tátil nos próprios públicos da Prefeitura de Praia Grande, promovendo a segurança, a acessibilidade e o bem-estar de servidores e munícipes, além de contribuir para a adequada sinalização e circulação nos espaços urbanos.

Diante do exposto podemos verificar que existe uma diferença entre o custo da contratação de empresa e de serviço realizado pela prefeitura de aproximadamente 3%, porém custos não aferíveis não foram considerados no orçamento dos serviços realizados pela prefeitura, devendo ser contratados e treinados colaboradores para a função o que demanda tempo e supervisão direta, além disso a classificação de risco desta análise é média, tornando a contratação de empresa mais atrativa, com menos chances de desvios e retrabalhos.

### **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

O critério de julgamento do objeto deverá ser global, com a adjudicação de todos os itens a uma única empresa, o que se justifica tanto do ponto de vista técnico, tanto quanto econômico.

A adjudicação global permite a execução integrada dos serviços, que muitas vezes apresentam interdependência funcional. Isso significa que, ao serem executados por um único



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

contratado, há uma melhor coordenação entre atividades correlacionadas, garantindo a continuidade e a eficiência do processo como um todo. Quando serviços interligados são adjudicados separadamente, o inadimplemento ou atraso em um processo ou serviço pode comprometer os demais, resultando em prejuízos operacionais e atrasos no cronograma. Assim, o risco de interrupções na execução, por conta da não conformidade de um fornecedor, é mitigado com a adjudicação global, assegurando a fluidez do projeto.

Além disso, a centralização da responsabilidade em um único fornecedor favorece uma gestão mais eficiente do contrato, uma vez que a comunicação, a fiscalização e a coordenação se tornam mais simplificadas. A administração de múltiplos contratos ou fornecedores poderá gerar complexidade adicional na gestão do projeto, aumentando a possibilidade de falhas de coordenação entre diferentes prestadores. A adjudicação global, por outro lado, promove maior controle e clareza na gestão, o que facilita o monitoramento do cumprimento das obrigações e a rápida resolução de problemas, além de reduzir a carga administrativa envolvida.

Sob o ponto de vista econômico, a adjudicação global oferece claras vantagens relacionadas à economia de escala. A execução de serviços por um único contratado permite o aproveitamento mais eficiente de recursos, como mão-de-obra, materiais e equipamentos. Serviços que envolvem atividades de mesma natureza podem compartilhar equipes, reduzir ociosidade e aumentar a produtividade. Em contrapartida, a fragmentação entre diferentes fornecedores poderia resultar em duplicação de recursos e, consequentemente, aumento dos custos operacionais. Ao concentrar todas as atividades em uma única empresa, há a otimização da alocação de recursos, resultando em uma execução mais econômica.

A responsabilidade concentrada em um único contratado também implica em redução de riscos na execução, uma vez que a empresa contratada terá que garantir a entrega de todas as etapas do projeto, sem depender de terceiros. Com isso, há um maior comprometimento com o cronograma e com os resultados, já que o contratado detém a visão total do projeto, seus desafios e prazos. Esse comprometimento se reflete diretamente na qualidade da entrega, diminuindo a probabilidade de falhas ou conflitos entre prestadores diferentes.

### **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

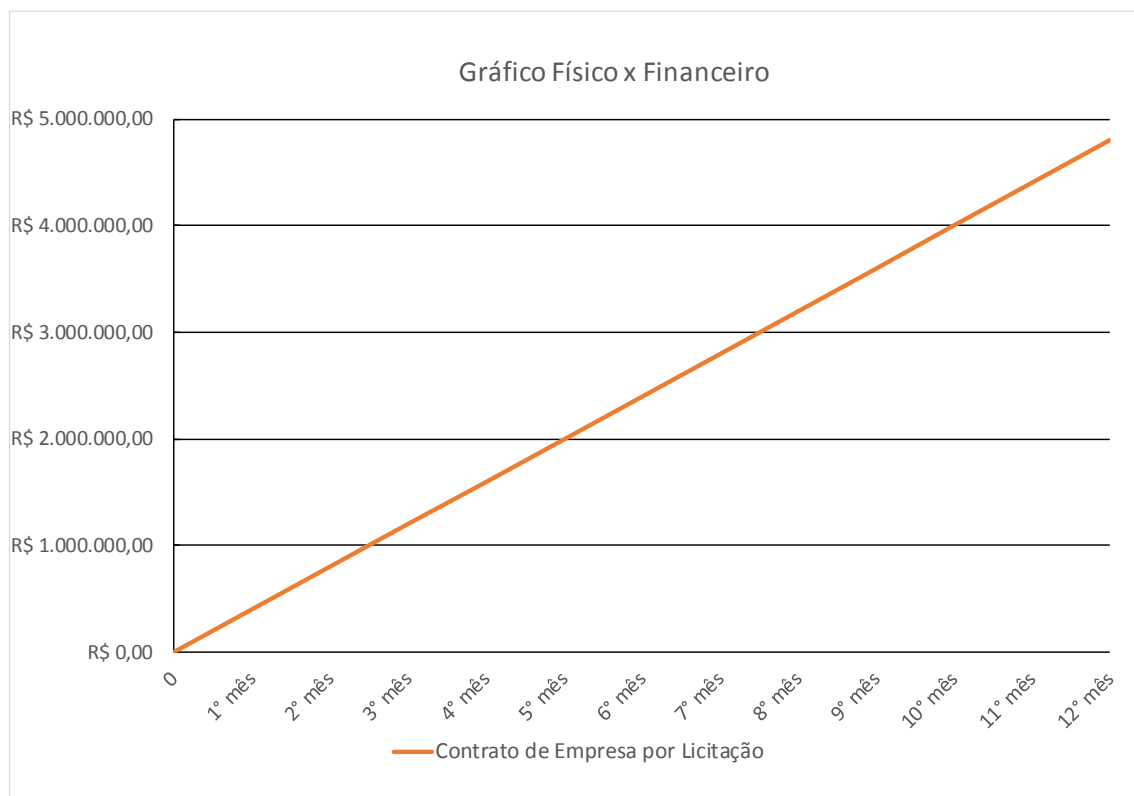
Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Tecnicamente pretende-se como resultado da solução proposta garantir o cumprimento das normas relativas à saúde e condições de trabalho, proporcionando a devida infraestrutura para o regular funcionamento das atividades da Administração Pública.

Referente a solicitação e custos de serviços espera-se a utilização do escopo apresentado no decorrer dos 12 meses de vigência do contrato, com o intuito de um gasto referente a manutenção de forma linear de todos os serviços propostos ou situação próxima, não ultrapassando o valor limite calculado.

A seguir é apresentado graficamente a curva física x financeira esperada.



**Gráfico 2 – Físico x Financeiro pretendido**

### 10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Antes da celebração do contrato, é essencial assegurar que a empresa terceirizada atenda a diversos requisitos que garantam sua idoneidade e a segurança de todos os envolvidos.

Esses cuidados não apenas garantem a legalidade e a qualidade do serviço prestado, mas também resguardam os contratantes e colaboradores contra possíveis incidentes e irregularidades, promovendo uma relação transparente e segura entre as partes envolvidas.

### **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não foram constatados serviços correlatados ou interdependentes, juntamente com o serviço de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais.

### **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Os processos de Instalação e Manutenção de Piso Tátil com Fornecimento de Materiais geram diversos resíduos que podem contaminar o meio ambiente e impactam diretamente o solo e a água, além disso emitem compostos voláteis que trazem contaminação atmosférica e geram efluentes advindos dos processos de limpeza de equipamentos realizados com solventes poluindo e contaminando a água. Desta forma deve-se garantir o descarte adequado dos materiais, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 12.305/2010, resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Municipal nº 1.660/2013, assegurando a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Utilizando as metodologias e legislações citadas garante-se a sustentabilidade ambiental das atividades de aquisição, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o cumprimento das obrigações legais pertinentes, conforme descreve o Art. 225 da Constituição Federal.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL E FÁVORAVEL a contratação pretendida de empresa especializada em pintura para os serviços propostos.

#### **ASSINATURAS:**

##### **-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

**Responsável:** Daniel de Brito Prado Vieira - Engenheiro

**Responsável:** Diego Jorge de Melo Lacerda - Diretor de Departamento de Obras da Educação

##### **-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA:**

**Responsável:** Gerson Minoru Yonamine - Departamento de Manutenção

**APROVAMOS** o presente Estudo Técnico Preliminar e **AUTORIZAMOS** o prosseguimento do procedimento licitatório.

**DENYS DOS SANTOS FONSECA**  
SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMNTO DE  
EXPANSÃO DE REDE ESCOLAR

**JOSÉ ISAÍAS COSTA LIMA**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PÚBLICA





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **ANEXO A – COMPOSIÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA**

---



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### Item 1

Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente (m²) - FDE 13.02.023

Componentes	Unidade	Compos.	Quantidade	Código	Planilha	Quantidade Total
Aplicador	h	0,67	2.000	10187	FDE	1.340
Ajudante de aplicador	h	0,67	2.000	10188	FDE	1.340
Cola de contato a base de neoprene	kg	0,40	2.000	28006	FDE	800
Placas de borracha 25x25cm e=4mm tátil alerta/direcional	m²	1,00	2.000	35541	FDE	2.000
Lixa para ferro	un	0,50	2.000	38012	FDE	1.000

### Item 2

Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente (m²) - FDE 13.02.023

Componentes	Unidade	Compos.	Quantidade	Código	Planilha	Quantidade Total
Aplicador	h	0,67	1.000	10187	FDE	670
Ajudante de aplicador	h	0,67	1.000	10188	FDE	670
Cola de contato a base de neoprene	kg	0,40	1.000	28006	FDE	400
Placas de borracha 25x25cm e=4mm tátil alerta/direcional	m²	1,00	1.000	35541	FDE	1.000
Lixa para ferro	un	0,50	1.000	38012	FDE	500

### Item 3

Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente (m²) - FDE 13.02.020 + 13.60.003

Componentes	Unidade	Compos.	Quantidade	Código	Planilha	Quantidade Total
Pedreiro	h	0,50	8.000	10139	FDE	4.000
Servente	h	2,10	8.000	10146	FDE	16.800
Areia	m³	0,0063	8.000	20503	FDE	50
Cimento	kg	7,50	8.000	20508	FDE	60.000
Cola PVA	kg	0,05	8.000	28005	FDE	400
Ladrilho hidráulico 25x25cm e=2cm piso tátil direcional	m²	1,00	8.000	36527	FDE	8.000

### Item 4

Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente (m²) - FDE 13.02.019 + 13.60.003

Componentes	Unidade	Compos.	Quantidade	Código	Planilha	Quantidade Total
Pedreiro	h	0,50	4.000	10139	FDE	2.000
Servente	h	2,10	4.000	10146	FDE	8.400
Areia	m³	0,0063	4.000	20503	FDE	25
Cimento	kg	7,50	4.000	20508	FDE	30.000
Cola PVA	kg	0,05	4.000	28005	FDE	200
Ladrilho hidráulico 25x25cm e=2cm piso tátil alerta	m²	1,00	4.000	36525	FDE	4.000



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO B – COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA**

---





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO C – COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE**

---





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO D – CUSTO DE COLABORADORES DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE**

---





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO PARA ESTUDO DE CONTRATAÇÃO DE PEDREIRO E TRABALHADOR

Contratação a partir de agosto/24

EXERCÍCIO 2024

MESES

Cargo	Quant.	Mês de Contratação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	13º	Custo total
Pedreiro	1	ago/24	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 34.842,84
Trabalhador	1	ago/24	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 32.116,96
																R\$ 66.959,80

Em 11 de julho de 2024.

REFERÊNCIA ANUAL

Cargo	Quant.	Mês de Contratação	Período Janeiro a maio				Previsão Maio/24	Período Junho a dezembro				Custo mensal	Custo total
			Verificação Mensal Inicial	Contratação	Instalação	Encargos		Contratação	Instalação	Encargos			
Pedreiro	1	ago/24					R\$ 2.304,23				R\$ 302,46	R\$ 2.603,47	R\$ 31.842,18
Trabalhador	1	ago/24					R\$ 2.093,88				R\$ 302,46	R\$ 2.676,08	R\$ 34.932,65

EXERCÍCIO 2025

MESES

Cargo	Quant.	Mês de Contratação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	13º	Custo total
Pedreiro	1	ago/24	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 3.020,27	R\$ 34.842,84
Trabalhador	1	ago/24	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 2.676,08	R\$ 32.116,96
																R\$ 66.959,80

REFERÊNCIA ANUAL

Cargo	Quant.	Mês de Contratação	Período: Janeiro a maio				Previsão de Despesa (R\$)	Período: Junho a dezembro				Custo mensal	Custo total	
			Saldos base	Instalação	Encargos	Encargos		Saldos base	Instalação	Encargos	Encargos			
Pedreiro	1	2024	R\$ 2.319,13	R\$ -	314,55	R\$ 14,79	R\$ 148,79	R\$ 3,88%	2.456,66	R\$ -	R\$ 318,75	360,25	R\$ 3.137,66	R\$ 41.962,88
Trabalhador	1	2024	R\$ 2.003,80	R\$ -	314,55	R\$ 14,79	R\$ 162,66	R\$ 3,88%	2.152,78	R\$ -	R\$ 329,75	314,40	R\$ 2.778,93	R\$ 32.176,36
														R\$ 78.581,29

PCB

[Link para download do documento: \[Link para download do documento\]\(#\) \(2024-2025\) - \[Link para download do documento\]\(#\)](#)

Observação: 13º mês e maior mês do município (dezembro)

NOTA: R\$ 115.000,00



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **Verificação de assinatura**



Código de verificação:

PKAW4BEA ZA4IHY6S 2ETT7R2S 52EW6IA3

Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site

<https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QR Code ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código PKAW4BEA ZA4IHY6S 2ETT7R2S 52EW6IA3  
Assinado por: DIEGO JOSÉ DE MELO LACERDA e DEISSON MINORU YONAHIME





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **ANEXO E – ENDEREÇOS DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS**

---



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **SEDUC**

<b>Nº</b>	<b>TIPO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>
1	CE	E.M. 19 de Janeiro	Rua Flavio Monteiro de Castro, n.º 500	Ribeirópolis
2	EF EJA	E.M. Albert Einstein	Av. Lasar Segall, n.º 100	Samambaia
3	EE	E.M. Anahy Navarro Trovão	Rua Limeira, n.º 69	Boqueirão
4	EF CE	E.M. Antônio Peres Ferreira	Rua João Roberto Corrêa, n.º 1077	Vila Sônia
5	EF	E.M. Antônio Rubens Costa de Lara	Av. Ana Pereira da França, n.º 249	Esmeralda
6	EI EF	E.M. Arq. Oscar Niemeyer	Rua Odair Penellas Baeta, n.º 231	Princesa
7	EF	E.M. Ary Cabral	Rua Ruy Manoel Sampaio Seabra Pereira, n.º 546	Quietude
8	CE	E.M. Carlos Eduardo Conte de Castro	Rua Ildefonso Galeano, n.º 126	Tupiry
9	EF	E.M. Carlos Roberto Dias	Rua Duque de Caxias, n.º 999	Boqueirão
10	EF CE	E.M. Cidade da Criança	Rua Rubi, n.º 600	Cid. da Criança
11	EI	E.M. Circe Sanchez Toschi	Rua Mem de Sá, 01	Aviação
12	EF	E.M. Domingos Soares de Oliveira	A. Dr. Esmeraldo S. Tarquínio de Campos Filho, n.º 501	Ribeirópolis
13	EI	E.M. Dorivaldo Francisco Loria	Rua Maria Luiza Lavalle, n.º 150	Sítio do Campo
14	CE			
15	EF EJA	E.M. Dr. Roberto Shoji	Rua Ildefonso Galeano, n.º 100	Tupiry
16	EF	E.M. Dr. Wilson Guedes	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, n.º 195	Samambaia
17	EI	E.M. Drª Ana Maria B. B. Fernandes	Av. Pres. Kennedy, n.º 17.100	Real
18	EF			
19	CE	E.M. Eduardo Gonsalves do Barreiro	Rua Milena Perutich, s/n.º	Melvi
20	EI	E.M. Eng.º Sérgio Dias de Freitas	Rua Turmalina, n.º 25	Cid. da Criança





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

<b>Nº</b>	<b>TIPO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>
21	EI	E.M. Estado do Amazonas	Av. Maria Cavalcanti da Silva, n.º 431	Samambaia
22	EI EF	E.M. Estina Campi Baptista	Rua Xixová, n.º 1.100	Canto do Forte
23	CE	E.M. Fausto dos Santos Amaral	Rua Marcílio Dias, n.º 250	Canto do Forte
24	EI	E.M. Florivaldo Borges de Queiroz	Rua Monteiro Lobato, n.º 721	Ocian
25	EF	E.M. Governador Franco Montoro	Rua Paulino Boreli, n.º 1.000	Maracanã
26	EF	E.M. Governador Mário Covas	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, n.º 1.000	Nova Mirim
27	EF	E.M. Governador Orestes Quércia	Rua Primeiro de Janeiro, n.º 1221	Vila Mirim
28	EI	E.M. Gregório França de Siqueira	Av. Vitor Meireles, n.º 1950	Pq. das Américas
29	EF CE	E.M. Hilda de Carvalho Guedes	Rua das Rosedás, s/n.º	Samambaia
30	EI	E.M. Ícaro Batista Cardoso	Rua Pernambuco, n.º. 865	Boqueirão
31	EI	E.M. Idalina da Conceição Pereira	Rua João Roberto Correia, n.º 1171	Vila Sônia
32	EI	E.M. Idílio Perticaratti	Rua Luzia Borba Ranciaro, n.º 246	Antártica
33	EI	E.M. João Batista Resine Alves	Rua Menotti del Picchia, s/n.º	Esmeralda
34	EF CE	E.M. João Gonçalves	Rua Frei Henrique de Coimbra, n.º02; esquina com a R. João Pereira Inácio	Aviação
35	EF	E.M. Joaquim Augusto Ferreira Mourão	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 1000	Melvi
36	EI	E.M. José Crego Paineira	Av. Presidente Kennedy, n.º 13.499	Caçara
37	EF	E.M. José Júlio Martins Baptista	Rua Comendador Luiz Caiaffa, n.º 98	Sítio do Campo
38	EF EJA	E.M. José Padin Mouta	Rua Bororós, n.º 150	Tupi
39	EI	E.M. José Ribeiro dos Santos Cunha	Av. Celso de Maria Glerean, n.º 331; esquina com a R. Jorge Tavares Quintas	Glória
40	EI	E.M. Juliana Arias Rodrigues de Oliveira	Rua Ildefonso Galeano, n.º 150	Tupiry
41	EI	E.M. Layde Rodrigues Reis Loria	Rua Gaspar Lemos, n.º 100	Aviação
42	EI	E.M. Leopoldo Estásio Vanderlinde	Av. Julio Prestes de Albuquerque, n.º 887	Nova Mirim



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
43	EF	E.M. Lions Clube Ocian	Rua Teofila Vanderlinde, n.º 933	Ocian
44	EI	E.M. Luzia Borba Ranciaro	Rua Engenheiro Antonio Lotuffo, n.º 839	Sítio do Campo
45	EI	E.M. Maestro Luiz Arruda Paes	Rua Quartzo, n.º 921	Nova Mirim
46	EF	E.M. Mahatma Gandhi	Av. Dr. Antônio Silvio Cunha Bueno, s/nº	Melvi
47	EI	E.M. Manoel Nascimento Junior	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
48	EI	E.M. Maria dos Remédios Carmona Milan	Rua Manoel Gonzales Corujo, n.º 257; esquina com a Av. Profª Heleny Rosa	Melvi
49	EF	E.M. Mário Possani	Rua Dr. Samuel Augusto Leão de Moura, n.º 451	Caiçara
50	EI	E.M. Natale de Lucca	Rua Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, n.º 476	Quietude
51	CE			
52	EI	E.M. Newton de Almeida Castro	Rua Antônio Cândido da Silva, n.º 450	Vila Sônia
53	EI	E.M. Nicolau Paal	Rua Alfredo Descagnole Taunai, n.º 41	Ribeirópolis
54	EI	E.M. Ophélia Caccetari dos Reis	Rua Josefa Alves de Siqueira, n.º 552	Anhanguera
55	EI	E.M. Oswaldo Justo	Rua 1º de Janeiro, n.º 987	Mirim
56	EI	E.M. Pablo Trevisan Perutich	Rua Alfred Niederbichler, n.º 243	Anhanguera
57	EI	E.M. Paulo de Souza Sandoval	Rua Bruno Seabra, n.º 91; esquina com a R. Hugo de Carvalho Ramos	Esmeralda
58	EF	E.M. Paulo Shigueo Yamauti	Rua José Flumignam, n.º 151	Anhanguera
59	EF	E.M. Prof.ª Elza Oliveira de Carvalho	Rua Reinaldo dos Santos, n.º 1.039	Glória
60	EI	E.M. Prof.ª Esmeralda dos Santos Novaes	Rua Savério Fittipaldi, n.º 100	Quietude
61	EF	E.M. Profº Fued Temer	Rua Leme, n.º 27	Guilhermina
62	EF	E.M. Prof.ª Isabel Fiqueroa Bréfere	Rua João Ramalho, n.º 1.250	Aviação
63	EF	E.M. Profª Maria Clotilde Lopes C.Rigo	Rua Bruno Seabra, n.º 141	Esmeralda
64	EF CE	E.M. Profª Maria de Lourdes Santos	Rua Vitor Meireles, n.º 1875	Ocian





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

<b>Nº</b>	<b>TIPO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>
65	EF	E.M. Profª Maria Nilza da Silva Romão	Rua do Maçom, n.º 1000	Vila Sônia
66	EI	E.M. República de Portugal	Av. Fumio Myazi, n.º 599	Guilhermina
67	EI	E.M. Roberto Francisco dos Santos	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis
68	EF	E.M. Roberto Mário Santini	Rua Quito, n.º 81	Guilhermina
69	EF	E.M. Ronaldo Sérgio A. Lameira Ramos	Rua Maria Luiza Laval, s/n.º	Sítio do Campo
70	EI	E.M. Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso	Rua Maria Borella Conte, n.º 201; esquina com a Av. João André Quintale	Maracanã
71	EF EJA	E.M. São Francisco de Assis	Rua Cornélio Procópio, n.º 300	Boqueirão
72	EF	E.M. Sebastião Tavares de Oliveira	Rua Savério Fittipaldi, n.º 50	Quietude
73	EE	E.M. Sérgio Vieira de Mello	Rua Paulino Borrelli, n.º 921	Maracanã
74	CE	E.M. Sônia Marise Domingues	Rua José de Oliveira, n.º 1051	Vila Sônia
75	EF	E.M. Thereza Magri	Rua Leonora Cembrol Martins, n.º 280	Antártica
76	EF CE	E.M. Vereador Felipe Avelino Moraes	Rua Dino Tognini, n.º 886	Vila Caiçara
77	EF	E.M. Vereador Valter Salerno	Rua Dom Pedro II, s/n.º; esquina com a R. Darcy Sarmanho Vargas	Ocian
78	EI	E.M. Vereadora Isaura Campos Garcia	Rua Teodósio de Augustinis, s/n.º	Sítio do Campo
79	EF	E.M. Vila Mirim	Rua 23 de Outubro, n.º 116	Mirim
80	EI	E.M. Vila Tupiry	Rua Itamacás, n.º 70	Tupi
81	EF	E.M. Visconde de Mauá	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis
82	UE	Secretaria de Educação - SEDUC	Rua José Borges Neto, n.º 50	Vila Mirim
83	UE	Auditório Jornalista Roberto Marinho - SEDUC	Rua José Borges Neto, n.º 50	Vila Mirim
84	UE	Galpão Garagem - SEDUC	Rua Fernando Di Estefano, n.º 160	Jardim Quietude
85	UE	Porto do Aprendiz Boqueirão	Rua Jau, 1.158	Boqueirão
86	UE	Porto do Saber Samambaia	Rua das Rosedás, s/n.º	Samambaia





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

<b>Nº</b>	<b>TIPO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>
87	UE	Escola de Educação Ambiental	Rua Paulo Sérgio Garcia, n.º 611	Sítio do Campo



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **SESAP**

<b>Nº</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
1	CEMAS - Centro Oftalmológico	Rua Thomé de Souza, 1.313 - Aviação
2	CRATH	Av. Presidente Kennedy, 16616 - Jd Real
3	CAPS II - Boqueirão SAE/CTAP	R. Cidade de Santos, 89 - Boqueirão
4	CAPS II - Mirim	R. Guilherme Penteado de Campo, 390 - Nova Mirim
5	CAPS I	R. São Bernardo, 401 - Boqueirão
6	CAPS AD	R. São Caetano, 400 - Boqueirão
7	CER	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899 - Vila Mirim
8	CEO	Rua Osmar Antonioli, 1289
9	CEAS Mulher	R. São José, 700 - Caiçara
10	UPA Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd. Quietude
11	Residencia Terapeutica	Rua Copacabana, 743, Guilhermina
12	Secretaria de Saúde Pública	Av. Presidente Kennedy, 8850 - Vila Mirim
13	USAFA Aviação	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
14	USAFA Boqueirão	Av. Presidente Kennedy, 918 - Boqueirão
15	USAFA Mirim I	Av. dos Sindicatos, 635 - Mirim
16	USAFA Tupi	R. Meinacós, 95 - Tupi
17	USAFA Aloha	R. Zenji Sasaki, 269 - Nova Mirim
18	USAFA Anhanguera	R. Josefa Alves de Siqueira, 649 - Anhanguera
19	USAFA Antártica	R. Josefa Alves de Siqueira, 649 - Anhanguera
20	USAFA Caiçara	Av. dos Trabalhadores, 3801 - Antártica III Gleba
21	USAFA Esmeralda I	R. Mathilde de Azevedo Setubal, 630 - Caiçara
22	USAFA Rio Branco	R. Raquel de Queiroz, 330 - Jd. Esmeralda
23	USAFA Forte	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
24	USAFA Guaramar	Av. Rio Branco, 562 - Forte
25	USAFA Maracanã	Av. dos Trabalhadores, 1717 - Glória
26	USAFA Melvi	R. Cezar Rodrigues Reis, 850 - Maracanã
27	USAFA Melvi II	R. João Caetano, 101 - Melvi
28	USAFA Mirim II	Rua Frei Santa Rita Durão, esquina com Av. Milena Perutich - Melvi
29	USAFA Ocian	R. Guilherme Penteado de Campos, 400 - Nova Mirim
30	USAFA Quietude	R. José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira
31	USAFA Real	R. Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, 500 - Quietude
32	USAFA Ribeirópolis	R. das Begônias, 453 - Jd. Real
33	USAFA Santa Marina	R. Esmeraldo Tarquínio, 471 - Ribeirópolis
34	USAFA Samambaia	R. Particular, 598 - Jd. Anhanguera
35	USAFA São Jorge	Av. das Araucárias, 181 - Samambaia
36	USAFA Solemar	Av. dos Trabalhadores, 4242 - Antártica
37	USAFA Tude Bastos	Av. Presidente Kennedy, 19726 - Solemar



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

<b>Nº</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
38	USAFA Vila Sônia	R. Maria Luiza Lavalle, 68 - Sítio do Campo
39	USAFA VI Alice	R. Antônio Cândido da Silva, 1075 - Vila Sônia
40	USAFA VI Tupiry	R. Renata Câmara Agondi, 46 - Anhanguera
41	USAFA Princesa	R. Idelfonso Galeano, 368 - Tupiry
42	Saúde Ambiental	R. Vergílio Gabriel de Siqueira, 20 - Jd. Princesa
43	USAFA Noemia	R. Ali Hussein Daychoum, 10376 - Vila Sônia
44	USAFA Guilhermina	Av. Presidente Kennedy, 4960 - Tupi
45	SAMU - Samambaia	Av. Presidente Kennedy, 2100 - Guilhermina
46	SAMU - Aviação	Av. dos Corretores de Imóveis, s/n - Samambaia
47	SAMU - Quietude	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
48	SAMU - Maracanã	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd. Quietude
49	Academia Maracanã	R. Mário Daige, 836 - Maracanã
50	Academia Aloha	Av. Cesár Rodrigues Reis, 820 - Maracanã
51	Academia Antartica	R. Walter Feliciano, 186 - Nova Mirim
52	Academia Esmeralda II	R. Samuel Aun Weor, 501 - Antártica III Gleba
53	Academia Santa Marina	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
54	Academia Melvi	R. Particular, 650 - Jd. Anhanguera
55	Academia Samambaia	R. Leopoldo Augusto Miguez, 702 - Jd. Melvi
56	Academia São Jorge	Av. "C", 176 - Samambaia
57	Academia Ocian	Av. João Batista de Siqueira, 51 - Antártica
58	Academia Mirim	Rua José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO F – ID DO COMPRAS.GOV.BR**

---



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

**Compras.gov.br**

### Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferência
1	5312	Instalação / Manutenção / Remoção - Piso em Geral (Exceto madeirados)	SERVIÇO	METRO QUADRADO		false



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **Apêndice 3 – Endereços dos Próprios Municipais**

---





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**SEDUC**

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
1	CE	E.M. 19 de Janeiro	Rua Flavio Monteiro de Castro, n.º 500	Ribeirópolis
2	EF EJA	E.M. Albert Einstein	Av. Lasar Segall, n.º 100	Samambaia
3	EE	E.M. Anahy Navarro Trovão	Rua Limeira, n.º 69	Boqueirão
4	EF CE	E.M. Antônio Peres Ferreira	Rua João Roberto Corrêa, n.º 1077	Vila Sônia
5	EF	E.M. Antônio Rubens Costa de Lara	Av. Ana Pereira da França, n.º 249	Esmeralda
6	EI EF	E.M. Arq. Oscar Niemeyer	Rua Odair Penellas Baeta, n.º 231	Princesa
7	EF	E.M. Ary Cabral	Rua Ruy Manoel Sampaio Seabra Pereira, n.º 546	Quietude
8	CE	E.M. Carlos Eduardo Conte de Castro	Rua Ildefonso Galeano, n.º 126	Tupiry
9	EF	E.M. Carlos Roberto Dias	Rua Duque de Caxias, n.º 999	Boqueirão
10	EF CE	E.M. Cidade da Criança	Rua Rubi, n.º 600	Cid. da Criança
11	EI	E.M. Circe Sanchez Toschi	Rua Mem de Sá, 01	Aviação
12	EF	E.M. Domingos Soares de Oliveira	A. Dr. Esmeraldo S. Tarquínio de Campos Filho, n.º 501	Ribeirópolis
13	EI	E.M. Dorivaldo Francisco Loria	Rua Maria Luiza Lavalley, n.º 150	Sítio do Campo
14	CE			
15	EF EJA	E.M. Dr. Roberto Shoji	Rua Ildefonso Galeano, n.º 100	Tupiry
16	EF	E.M. Dr. Wilson Guedes	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, n.º 195	Samambaia
17	EI	E.M. Drª Ana Maria B. B. Fernandes	Av. Pres. Kennedy, n.º 17.100	Real
18	EF			
19	CE	E.M. Eduardo Gonsalves do Barreiro	Rua Milena Perutich, s/n.º	Melvi

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
20	EI	E.M. Eng.º Sérgio Dias de Freitas	Rua Turmalina, n.º 25	Cid. da Criança
21	EI	E.M. Estado do Amazonas	Av. Maria Cavalcanti da Silva, n.º 431	Samambaia
22	EI EF	E.M. Estina Campi Baptista	Rua Xixová, n.º 1.100	Canto do Forte
23	CE	E.M. Fausto dos Santos Amaral	Rua Marcílio Dias, n.º 250	Canto do Forte
24	EI	E.M. Florivaldo Borges de Queiroz	Rua Monteiro Lobato, n.º 721	Ocian
25	EF	E.M. Governador Franco Montoro	Rua Paulino Boreli, n.º 1.000	Maracanã
26	EF	E.M. Governador Mário Covas	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, n.º 1.000	Nova Mirim
27	EF	E.M. Governador Orestes Quércia	Rua Primeiro de Janeiro, n.º 1221	Vila Mirim
28	EI	E.M. Gregório França de Siqueira	Av. Vitor Meireles, n.º 1950	Pq. das Américas
29	EF CE	E.M. Hilda de Carvalho Guedes	Rua das Rosedás, s/n.º	Samambaia
30	EI	E.M. Ícaro Batista Cardoso	Rua Pernambuco, n.º 865	Boqueirão
31	EI	E.M. Idalina da Conceição Pereira	Rua João Roberto Correia, n.º 1171	Vila Sônia
32	EI	E.M. Idílio Perticaratti	Rua Luzia Borba Ranciaro, n.º 246	Antártica
33	EI	E.M. João Batista Resine Alves	Rua Menotti del Picchia, s/n.º	Esmeralda
34	EF CE	E.M. João Gonçalves	Rua Frei Henrique de Coimbra, n.º 02; esquina com a R. João Pereira Inácio	Aviação
35	EF	E.M. Joaquim Augusto Ferreira Mourão	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 1000	Melvi
36	EI	E.M. José Crego Paineira	Av. Presidente Kennedy, n.º 13.499	Caiçara
37	EF	E.M. José Júlio Martins Baptista	Rua Comendador Luiz Caiaffa, n.º 98	Sítio do Campo
38	EF EJA	E.M. José Padin Mouta	Rua Bororós, n.º 150	Tupi

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
39	EI	E.M. José Ribeiro dos Santos Cunha	Av. Celso de Maria Glerean, n.º 331; esquina com a R. Jorge Tavares Quintas	Glória
40	EI	E.M. Juliana Arias Rodrigues de Oliveira	Rua Ildefonso Galeano, n.º 150	Tupiry
41	EI	E.M. Layde Rodrigues Reis Loria	Rua Gaspar Lemos, n.º 100	Aviação
42	EI	E.M. Leopoldo Estásio Vanderlinde	Av. Julio Prestes de Albuquerque, n.º 887	Nova Mirim
43	EF	E.M. Lions Clube Ocian	Rua Teofila Vanderlinde, n.º 933	Ocian
44	EI	E.M. Luzia Borba Ranciaro	Rua Engenheiro Antonio Lotuffo, n.º 839	Sítio do Campo
45	EI	E.M. Maestro Luiz Arruda Paes	Rua Quartzo, n.º 921	Nova Mirim
46	EF	E.M. Mahatma Gandhi	Av. Dr. Antônio Silvio Cunha Bueno, s/nº	Melvi
47	EI	E.M. Manoel Nascimento Junior	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
48	EI	E.M. Maria dos Remédios Carmona Milan	Rua Manoel Gonzales Corujo, n.º 257; esquina com a Av. Profª Heleny Rosa	Melvi
49	EF	E.M. Mário Possani	Rua Dr. Samuel Augusto Leão de Moura, n.º 451	Caiçara
50	EI	E.M. Natale de Lucca	Rua Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, n.º 476	Quietude
51	CE			
52	EI	E.M. Newton de Almeida Castro	Rua Antônio Cândido da Silva, n.º 450	Vila Sônia
53	EI	E.M. Nicolau Paal	Rua Alfredo Descragnole Taunai, n.º 41	Ribeirópolis
54	EI	E.M. Ophélia Caccetari dos Reis	Rua Josefa Alves de Siqueira, n.º 552	Anhanguera
55	EI	E.M. Oswaldo Justo	Rua 1º de Janeiro, n.º 987	Mirim
56	EI	E.M. Pablo Trevisan Perutich	Rua Alfred Niederbichler, n.º 243	Anhanguera
57	EI	E.M. Paulo de Souza Sandoval	Rua Bruno Seabra, n.º 91; esquina com a R. Hugo de Carvalho Ramos	Esmeralda

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
58	EF	E.M. Paulo Shigueo Yamauti	Rua José Flumignam, n.º 151	Anhanguera
59	EF	E.M. Prof.ª Elza Oliveira de Carvalho	Rua Reinaldo dos Santos, n.º 1.039	Glória
60	EI	E.M. Prof.ª Esmeralda dos Santos Novaes	Rua Savério Fittipaldi, n.º 100	Quietude
61	EF	E.M. Profº Fued Temer	Rua Leme, n.º 27	Guilhermina
62	EF	E.M. Prof.ª Isabel Fiqueroa Bréfere	Rua João Ramalho, n.º 1.250	Aviação
63	EF	E.M. Profª Maria Clotilde Lopes C.Rigo	Rua Bruno Seabra, n.º 141	Esmeralda
64	EF CE	E.M. Profª Maria de Lourdes Santos	Rua Vitor Meireles, n.º 1875	Ocian
65	EF	E.M. Profª Maria Nilza da Silva Romão	Rua do Maçom, n.º 1000	Vila Sônia
66	EI	E.M. República de Portugal	Av. Fumio Myiazi, n.º 599	Guilhermina
67	EI	E.M. Roberto Francisco dos Santos	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis
68	EF	E.M. Roberto Mário Santini	Rua Quito, n.º 81	Guilhermina
69	EF	E.M. Ronaldo Sérgio A. Lameira Ramos	Rua Maria Luiza Lavalley, s/n.º	Sítio do Campo
70	EI	E.M. Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso	Rua Maria Borella Conte, n.º 201; esquina com a Av. João André Quintale	Maracanã
71	EF EJA	E.M. São Francisco de Assis	Rua Cornélio Procópio, n.º 300	Boqueirão
72	EF	E.M. Sebastião Tavares de Oliveira	Rua Savério Fittipaldi, n.º 50	Quietude
73	EE	E.M. Sérgio Vieira de Mello	Rua Paulino Borreli, n.º 921	Maracanã
74	CE	E.M. Sônia Marise Domingues	Rua José de Oliveira, n.º 1051	Vila Sônia
75	EF	E.M. Thereza Magri	Rua Leonora Cembroli Martins, n.º 280	Antártica
76	EF CE	E.M. Vereador Felipe Avelino Moraes	Rua Dino Tognini, n.º 886	Vila Caiçara

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Nº	TIPO	UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
77	EF	E.M. Vereador Valter Salerno	Rua Dom Pedro II, s/n.º; esquina com a R. Darcy Sarmanho Vargas	Ocian
78	EI	E.M. Vereadora Isaura Campos Garcia	Rua Teodósio de Augustinis, s/n.º	Sítio do Campo
79	EF	E.M. Vila Mirim	Rua 23 de Outubro, n.º 116	Mirim
80	EI	E.M. Vila Tupiry	Rua Itamacás, n.º 70	Tupi
81	EF	E.M. Visconde de Mauá	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis
82	UE	Secretaria de Educação - SEDUC	Rua José Borges Neto, n.º 50	Vila Mirim
83	UE	Auditório Jornalista Roberto Marinho - SEDUC	Rua José Borges Neto, n.º 50	Vila Mirim
84	UE	Galpão Garagem - SEDUC	Rua Fernando Di Estefano, n.º 160	Jardim Quietude
85	UE	Porto do Aprendiz Boqueirão	Rua Jau, 1.158	Boqueirão
86	UE	Porto do Saber Samambaia	Rua das Rosedás, s/n.º	Samambaia
87	UE	Escola de Educação Ambiental	Rua Paulo Sérgio Garcia, n.º 611	Sítio do Campo



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### **SESAP**

<b>Nº</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
1	CEMAS - Centro Oftalmológico	Rua Thomé de Souza, 1.313 - Aviação
2	CRATH	Av. Presidente Kennedy, 16616 - Jd Real
3	CAPS II - Boqueirão SAE/CTAP	R. Cidade de Santos, 89 - Boqueirão
4	CAPS II - Mirim	R. Guilherme Penteado de Campo, 390 - Nova Mirim
5	CAPS I	R. São Bernardo, 401 - Boqueirão
6	CAPS AD	R. São Caetano, 400 - Boqueirão
7	CER	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899 - Vila Mirim
8	CEO	Rua Osmar Antonioli, 1289
9	CEAS Mulher	R. São José, 700 - Caiçara
10	UPA Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd. Quietude
11	Residencia Terapeutica	Rua Copacabana, 743, Guilhermina
12	Secretaria de Saúde Pública	Av. Presidente Kennedy, 8850 - Vila Mirim
13	USAFA Aviação	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
14	USAFA Boqueirão	Av. Presidente Kennedy, 918 - Boqueirão
15	USAFA Mirim I	Av. dos Sindicatos, 635 - Mirim
16	USAFA Tupi	R. Meinacós, 95 - Tupi
17	USAFA Aloha	R. Zenji Sasaki, 269 - Nova Mirim
18	USAFA Anhanguera	R. Josefa Alves de Siqueira, 649 - Anhanguera
19	USAFA Antártica	R. Josefa Alves de Siqueira, 649 - Anhanguera
20	USAFA Caiçara	Av. dos Trabalhadores, 3801 - Antártica III Gleba
21	USAFA Esmeralda I	R. Mathilde de Azevedo Setubal, 630 - Caiçara
22	USAFA Rio Branco	R. Raquel de Queiroz, 330 - Jd. Esmeralda
23	USAFA Forte	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
24	USAFA Guaramar	Av. Rio Branco, 562 - Forte
25	USAFA Maracanã	Av. dos Trabalhadores, 1717 - Glória
26	USAFA Melvi	R. Cezar Rodrigues Reis, 850 - Maracanã
27	USAFA Melvi II	R. João Caetano, 101 - Melvi
28	USAFA Mirim II	Rua Frei Santa Rita Durão, esquina com Av. Milena Perutich - Melvi
29	USAFA Ocian	R. Guilherme Penteado de Campos, 400 - Nova Mirim
30	USAFA Quietude	R. José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira
31	USAFA Real	R. Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, 500 - Quietude
32	USAFA Ribeirópolis	R. das Begônias, 453 - Jd. Real
33	USAFA Santa Marina	R. Esmeraldo Tarquínio, 471 - Ribeirópolis
34	USAFA Samambaia	R. Particular, 598 - Jd. Anhanguera
35	USAFA São Jorge	Av. das Araucárias, 181 - Samambaia
36	USAFA Solemar	Av. dos Trabalhadores, 4242 - Antártica
37	USAFA Tude Bastos	Av. Presidente Kennedy, 19726 - Solemar





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

<b>N°</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
38	USAFA Vila Sônia	R. Maria Luiza Lavallo, 68 - Sítio do Campo
39	USAFA VI Alice	R. Antônio Cândido da Silva, 1075 - Vila Sônia
40	USAFA VI Tupiry	R. Renata Câmara Agondi, 46 - Anhanguera
41	USAFA Princesa	R. Idelfonso Galeano, 368 - Tupiry
42	Saúde Ambiental	R. Vergílio Gabriel de Siqueira, 20 - Jd. Princesa
43	USAFA Noemia	R. Ali Hussein Daychoum, 10376 - Vila Sônia
44	USAFA Guilhermina	Av. Presidente Kennedy, 4960 - Tupi
45	SAMU - Samambaia	Av. Presidente Kennedy, 2100 - Guilhermina
46	SAMU - Aviação	Av. dos Corretores de Imóveis, s/n - Samambaia
47	SAMU - Quietude	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
48	SAMU - Maracanã	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd. Quietude
49	Academia Maracanã	R. Mário Daige, 836 - Maracanã
50	Academia Aloha	Av. César Rodrigues Reis, 820 - Maracanã
51	Academia Antartica	R. Walter Feliciano, 186 - Nova Mirim
52	Academia Esmeralda II	R. Samuel Aun Weor, 501 - Antártica III Gleba
53	Academia Santa Marina	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
54	Academia Melvi	R. Particular, 650 - Jd. Anhanguera
55	Academia Samambaia	R. Leopoldo Augusto Miguez, 702 - Jd. Melvi
56	Academia São Jorge	Av. "C", 176 - Samambaia
57	Academia Ocian	Av. João Batista de Siqueira, 51 - Antártica
58	Academia Mirim	Rua José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

---

### **Apêndice 4 – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

[illegible]



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/XXX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DA EMPRESA)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente achavam o senhor **DENYS DOS SANTOS FONSECA**, Subsecretário de Expansão de Planejamento de Rede Escolar, por atribuição conferida através do artigo 19 referente à Lei Complementar nº 1030/2025 e o senhor **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do inciso XX do artigo 51, referente à Lei Complementar nº 913/2022, neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, nº 017/2026, publicada no ..... de ...../...../2025, doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **13.363/2025-D** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, especificado no Termo de Referência, anexo I [do edital de Licitação nº 017/2026], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CAT/MAT	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**3.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**4.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.1.1.** Decorrido 01 ano da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice - IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo observada a legislação federal em vigor.

**4.1.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**4.1.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**4.1.4.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**4.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**4.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observados o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**4.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

**4.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**4.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

**4.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**4.5.** O registro a que se refere o item **4.3.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**4.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **4.3.2**. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**4.6.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

**4.6.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

**4.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**4.8.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**4.8.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**4.9.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**4.10.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item **4.6** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.11.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**5.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**5.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**5.1.4.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**5.1.5.** Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a **variação do índice – IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (acumulado nos últimos 12 meses)**, observada a legislação federal em vigor.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

### **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.6.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**6.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **8.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **6.2** e no item **6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**7.1.1.** For liberado;

**7.1.2.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**7.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**7.1.4.** Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.5.** Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

**7.2.** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.2.1.** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.2.2.** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.2.3.** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.2.4.** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.3.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**7.3.1.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

**7.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

### **8. SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**8.1.1** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**8.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**8.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**8.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**8.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**8.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**8.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1. Advertência**, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “10.1.2 a 10.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “9.1.5 a 9.1.8.”, bem como nas alíneas “9.1.2. a 9.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### **8.2.4. Multa:**

**8.2.4.1.** Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

**8.2.4.2.** Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **15% (quinze por cento)** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**8.2.4.2.1.** O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.4.2.2.** Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**8.2.4.2.3.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

**8.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.6.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

**8.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**8.9.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

### **9. CONDIÇÕES GERAIS**

**9.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**9.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

**10.** Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente termo de Ata.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, ....., digitei, assino \_\_\_\_\_ e dato.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2025, ano ..... da emancipação político administrativa.

**DENYS DOS SANTOS FONSECA**

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE EXPANSÃO  
DE REDE ESCOLAR

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

---

Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

Processo Administrativo nº 13.363/2025-D



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

### ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DO CONTRATADO)

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes o senhor **DENYS DOS SANTOS FONSECA**, Subsecretário de Expansão de Planejamento de Rede Escolar, por atribuição conferida através do artigo 19 referente à Lei Complementar nº 1030/2025 e o senhor **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do inciso XX do artigo 51, referente à Lei Complementar nº 913/2022, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **13.363/2025-D** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº. 017/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PISO TÁTIL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						
VALOR TOTAL						



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência;

**1.3.2.** O Edital da Licitação;

**1.3.3.** A proposta do CONTRATADO; e

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

**3.1.** Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.2.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

#### **5.1. DO VALOR**

**5.1.1.** O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

**5.1.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **5.2. DO PAGAMENTO**



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**5.2.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA).

**6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, de acordo com a variação do índice – IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo observada a legislação em vigor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**7.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**7.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**7.1.8.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

**8.1.2.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.1.6.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**8.1.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**8.1.9.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**8.1.10.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**8.1.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**8.1.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**8.1.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

**8.1.13.1.** No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por centos, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT)



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**8.1.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

**8.1.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**8.1.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

### **CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**9.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**9.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**9.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**9.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**9.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**9.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**9.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**9.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**9.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**9.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**9.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**9.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**10.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**10.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**10.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**10.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**10.2.1. Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**10.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas Nos subitens “10.1.2. a 10.1.4.” do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “10.1.5 a 10.1.8.” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “10.1.2. a 10.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**10.2.4. Multa:**

**10.2.4.1.** Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

**10.2.4.2.** O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.4.3.** Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**10.2.4.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

**10.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**10.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**10.7.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**10.7.4.** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**10.7.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.10.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.10.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**11.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**11.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

**11.3.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**11.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**11.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**11.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**11.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.5.3.** Indenizações e multas.

**11.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.8.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.39.00	MUNICIPAL
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.00	MUNICIPAL

**12.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

**15.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**16.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, ....., digitei, assino \_\_\_\_\_ e dato.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano ..... da emancipação político administrativa.

---



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

Processo Administrativo nº 13.363/2025.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO IV – CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CAT/MAT	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CAT/MAT	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

**ANEXO V – PLANILHA PROPOSTA (MODELO)****RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:****ENDEREÇO COMPLETO:****ENDEREÇO ELETRÔNICO:****TELEFONE:**

CATSERV 5312					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e aplicação de piso tátil DIRECIONAL sobreposto ao piso existente	m²	2.500		
2	Fornecimento e aplicação de piso tátil ALERTA sobreposto ao piso existente	m²	1.200		
3	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso DIRECIONAL de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	8.800		
4	Fornecimento e aplicação ou substituição do piso ALERTA de ladrilhos hidráulicos integrados (embutidos) ao piso existente	m²	4.400		
VALOR GOLBAL DA PROPOSTA					

- **Havendo divergência no descritivo, inclusive na gramatura, do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial PREVALECERÁ o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.**
- **A apresentação da Proposta vincula a aceitação das condições abaixo:**
- Condições de pagamento: Em até 30 dias após a entrega total da Autorização de Fornecimento.
- Inclusão de frete e impostos no preço do produto;
- O prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da sua apresentação ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

Praia Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Razão Social da empresa proponente**

CNPJ:

**Assinatura do representante legal**

Cargo:



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEDUC - Secretaria de Educação

Carteira de identidade n.º:

CPF:

## Verificação de assinatura

Código de verificação:

33CD2FCV VYCB4VC2 J4HFZ7CB 6AGCSGUG



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

**Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.**

Lista de assinaturas: